

**FACULDADE DE ENSINO E CULTURA DO CEARÁ
– FAECE –**

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
EDUCAÇÃO FÍSICA**

2016

FACULDADE DE ENSINO E CULTURA DO CEARÁ - FAECE

Sumário

Informações Gerais.....	6
1.DADOS INSTITUCIONAIS.....	6
1.1. Mantenedora	6
1.2. Mantida	6
1.3. Histórico da Mantenedora	6
1.4. Histórico da Mantida	6
1.5. Inserção Regional da Instituição	8
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO	9
DIMENSÃO 1 – CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	11
1.1. Características da Instituição.....	11
1.1.1. Missão Institucional	11
1.1.2. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão	11
1.2. Administração	12
1.2.1. Condições de Gestão	12
1.2.2. Planos de Desenvolvimento.....	13
1.2.3. Sistemas de Informação e Comunicação	13
1.3. Políticas de Pessoal e Programas de Incentivos e Benefícios.....	13
1.3.1. Plano de Carreira e Incentivos aos Docentes	13
1.3.2. Plano de Carreira e Incentivo do Pessoal Técnico-Administrativo	14
1.3.3. Programas Institucionais de Financiamento de Estudos para Alunos Carentes	14
DIMENSÃO 2 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	15
2.1. Projeto Pedagógico do Curso	15
2.1.1. Contexto Educacional.....	15
2.1.2. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	16
2.1.3. Concepção do Projeto Pedagógico de Curso - PPC	16
2.1.4. Perfil do Curso	17
2.1.5. Objetivos do Curso	24
2.1.6. Perfil do Egresso.....	25
2.1.7. Estrutura Curricular.....	29
2.1.8. Conteúdos Curriculares	31
2.1.9. Matriz Curricular.....	34
2.1.10. Ementário e Bibliografias do Curso	38
2.1.11. Metodologia	38
2.1.12. Trabalho de Conclusão de Curso	39
2.1.13. Estágio Supervisionado.....	40
2.1.14. Atividade Acadêmico-Científico-Culturais- AACC.....	42
2.1.15. Atividades Práticas Supervisionadas	44
2.1.16. Estudos Disciplinares	44
2.1.17. Mecanismo de Avaliação.....	45

2.1.18. Sistema de Avaliação do Projeto de Curso	50
2.2. Apoio aos discentes	53
2.2.1. Formas de Acesso.....	53
2.2.2. Apoio Pedagógico aos Discentes	54
2.2.3. Acompanhamento Psicopedagógico	55
2.2.4. Mecanismos de Nivelamento	57
2.2.5. Atendimento Extraclasse.....	57
2.2.6. Acompanhamento dos Egressos.....	57
DIMENSÃO 3 – CORPO DOCENTE.....	58
3.1. Administração Acadêmica	58
3.1.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	58
3.1.2. Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	58
3.1.3. Relação Nominal, Titulação e Formação Acadêmica do NDE	58
3.1.4. Regime de Trabalho do NDE.....	58
3.1.5. Atuação do Coordenador do Curso.....	59
3.1.6. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador.....	61
3.1.7. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso.....	62
3.1.8. Corpo Docente do Curso.....	62
3.1.9. Formação Acadêmica e Profissional	62
3.1.10. Perfil do corpo docente	63
3.1.11. Titulação do Corpo Docente.....	63
3.1.12. Regime de trabalho.....	65
3.1.13. Experiência Profissional do Corpo Docente.....	66
3.1.14. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente	67
3.1.15. Experiência no exercício da docência na educação à distância	67
3.1.16. Experiência no exercício da tutoria na educação à distância	68
3.1.17. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	69
3.1.18. Equipe multidisciplinar	69
3.1.19. Síntese Curricular do Corpo Docente	70
3.1.20. Funcionamento do Colegiado de Curso	70
3.1.21. Capacitação Docente	70
3.1.22. Organização Acadêmica-Administrativa	71
DIMENSÃO 4 – INSTALAÇÕES FÍSICAS	72
4.1. Infraestrutura	72
4.1.1. Espaço Físico.....	72
4.1.2. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática	74
4.1.3. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem.....	74
4.1.3.1 Ambiente Virtual	74
4.1.4. Infraestrutura de acesso para Portadores de Necessidades Especiais ou com Mobilidade Reduzida	76
4.1.5. Biblioteca	77
4.1.6. Laboratórios Específicos do Curso	78

Informações Gerais

1.DADOS INSTITUCIONAIS

1.1. Mantenedora

NOME	ASCEC Ensino Superior Cearense S/S LTDA
ENDEREÇO	Rua Caetano Ximenes Aragão, 110
CNPJ	03.729.627/0001-76
MUNICÍPIO	Fortaleza
UF	Ceará

1.2. Mantida

NOME	Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará – FAECE
ENDEREÇO SEDE	Rua Caetano Ximenes Aragão, 110
MUNICÍPIO	Fortaleza
UF	Ceará
TELEFONE	(85) 4009-3400
FAX	(85) 4009-3421
E-MAIL	marcioacbarros@yahoo.com.br
SITE	www.faece.edu.br
DIRIGENTE PRINCIPAL	Profa. M Sc Adm Rita Maria Silveira da Silva

1.3. Histórico da Mantenedora

A **Associação Cearense de Ensino e Cultura – ASCEC**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Caetano Ximenes Aragão, 110, Bairro Engenheiro Luciano Cavalcante, Fortaleza, Estado do Ceará, cadastrada no CNPJ sob o nº 03.729.627/0001-76, era uma entidade mantenedora sem fins lucrativos até o ano de 2017.

A partir de janeiro de 2018, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da **ASCEC** de associação sem fins lucrativos para Sociedade Simples Limitada sob a denominação de **ASCEC ENSINO SUPERIOR CEARENSE S/S LTDA.**, cuja ata encontra-se registrada no 2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas – Cartório Moraes Correia, de Fortaleza/CE, em microfilmes nº 16318, 16319, 16320 e 16321, em 23 de março de 2018, com a manutenção do mesmo CNPJ nº 03.729.627/0001-76.

Com a transformação, a **ASCEC** passou à categoria administrativa de mantenedora com fins lucrativos. A SERES/MEC já efetuou a alteração no cadastro do sistema e-MEC.

1.4. Histórico da Mantida

O **Instituto de Ensino Superior do Ceará – IESC**, ora denominado **Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará – FAECE**, conforme Portaria SESu/MEC nº 453, publicada no DOU em 04/0510, com endereços de funcionamento situados na Rua Caetano Ximenes Aragão, 110, Bairro Engenheiro Luciano Cavalcante, e na Av. 13 de Maio, 389, Bairro de Fátima, em Fortaleza, Estado do Ceará, foi credenciado pela Portaria nº 239, publicada no DOU em

12/02/01, e reconhecido pela Portaria nº 784, publicada no DOU em 10/08/15, e oferece os seguintes cursos:

Unidade I - Rua Caetano Ximenes Aragão, 110, Bairro Engenheiro Luciano Cavalcante: **Administração**, reconhecido pela Portaria nº 268, publicada no DOU em 04/04/17; **Arquitetura e Urbanismo**, autorizado pela Portaria nº 994, publicada no DOU em 20/09/17; **Biomedicina**, autorizado pela Portaria nº 463, publicada no DOU em 03/07/18; **Direito**, reconhecido pela Portaria nº 29, publicada no DOU em 28/03/12; **Educação Física** (bacharelado), autorizado pela Portaria nº 279, publicada no DOU em 28/12/12; **Educação Física** (licenciatura), autorizado pela Portaria nº 1.021, publicada no DOU em 13/08/10; **Enfermagem**, reconhecido pela Portaria nº 820, publicada no DOU em 02/01/15; **Engenharia Civil**, autorizado pela Portaria nº 606, publicada no DOU em 20/06/17; **Farmácia**, reconhecido pela Portaria nº 135, publicada no DOU em 02/03/18; **Fisioterapia**, reconhecido pela Portaria nº 759, publicada no DOU em 16/10/06; **Hotelaria**, autorizado pela Portaria nº 1.171, publicada no DOU em 18/04/02; **Nutrição**, autorizado pela Portaria nº 296, publicada no DOU em 10/07/13; **Publicidade e Propaganda** (antigo Comunicação Social), reconhecido pela Portaria nº 2.018, publicada no DOU em 09/06/05; **Turismo**, reconhecido pela Portaria nº 2.019, publicada no DOU em 09/06/05. Também são oferecidos **Cursos Superiores de Tecnologia em Comunicação Institucional** (antigo Comunicação Empresarial), autorizado pela Portaria nº 2.488, publicada no DOU em 20/08/04; **Design Gráfico** (antigo Comunicação e Ilustração Digital), autorizado pela Portaria nº 2.429, publicada no DOU em 12/08/04; **Design Gráfico** (antigo Produção Gráfica Digital), autorizado pela Portaria nº 2.487, publicada no DOU em 20/08/04; **Logística**, autorizado pela Portaria nº 280, publicada no DOU em 28/12/12; **Produção Multimídia** (antigo Comunicação para Web), autorizado pela Portaria nº 448, publicada no DOU em 25/02/04; **Produção Multimídia** (antigo Multimídia), autorizado pela Portaria nº 443, publicada no DOU em 25/02/04; **Redes de Computadores** (antigo Gerenciamento de Redes de Computadores), autorizado pela Portaria nº 1.199, publicada no DOU em 12/05/04.

Unidade II - Av. 13 de Maio, 389, Bairro de Fátima: **Cursos Superiores de Tecnologia em Comércio Exterior**, autorizado pela Portaria nº 3.840, publicada no DOU em 17/12/03; **Eventos**, autorizado pela Portaria nº 3.390, publicada no DOU em 22/10/04; **Gestão da Tecnologia da Informação** (antigo Gestão de Sistemas de Informação), autorizado pela Portaria nº 1.200, publicada no DOU em 12/05/04; **Gestão de Marketing e Gestão de Recursos Humanos**, reconhecidos pela Portaria nº 268, publicada no DOU em 04/04/17; **Gestão de Turismo** (antigo Turismo Receptivo), autorizado pela Portaria nº 3.559, publicada no DOU em 01/11/04; **Gestão Desportiva e de Lazer** (antigo Gestão de Empreendimentos Esportivos), autorizado pela Portaria nº 3.094, publicada no DOU em 04/10/04; **Gestão Hospitalar**, reconhecido pela Portaria nº 564, publicada no DOU em 01/10/14; **Marketing** (antigo Gestão Mercadológica), autorizado pela Portaria nº 1.195, publicada no DOU em 12/05/04; **Processos Gerenciais** (antigo Gestão Empreendedora), reconhecido pela Portaria nº 1.190, publicada no DOU em 27/11/17.

Os pedidos de reconhecimento do curso de graduação em **Nutrição** e do **Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação** encontram-se em tramitação junto à SERES/MEC.

O pedido de autorização do curso de graduação em **Psicologia** também encontra-se em tramitação junto à SERES/MEC.

Na Rua José Euclides, 187, Bairro Fátima, funcionam as clínicas de Fisioterapia e de Enfermagem.

Na Rua Armando Dall'Olio, 1.710, Bairro Engenheiro Luciano Cavalcante, funciona o Núcleo de Prática Jurídica.

1.5. Inserção Regional da Instituição

A concepção do Projeto Institucional da IES surge das necessidades e demandas da região de forma a construir e desenvolver uma massa crítica de profissionais que promovam a sustentabilidade local e sedimentem os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos como valores fundamentais para o fortalecimento integrado da cidade e de suas áreas de influência.

Os cursos e os programas oferecidos pela IES, mediante seus projetos pedagógicos específicos, serão organizados de modo a propiciar aos profissionais em formação conhecimentos e habilidades capazes de permitir-lhes:

- a apropriação de conhecimentos básicos relacionados às áreas que serão objeto de sua atuação profissional, articulando teoria e prática nas diferentes configurações que a práxis profissional venha a assumir;
- o desempenho de suas atividades com competência técnica e compromisso social e político em seu contexto sociocultural de atuação.

Ao definir a qualidade e a atualização da formação como objetivo central da proposta para o ensino de graduação, a IES tem por finalidade a construção de processo coletivo de articulação de ações voltadas para a formação competente do profissional que pretende se graduar. Nessa direção, torna-se imprescindível a interação da IES com a comunidade e os segmentos organizados da sociedade civil como expressão da qualidade social desejada para o cidadão a ser formado como profissional.

A política definida pela Instituição para as questões sociais visa promover ações que permitam melhorar a qualidade de vida da população da região e modificar a educação e a cultura. A missão da Instituição inclui preparação para a liderança e acompanhamento de profundas e densas mudanças induzidas pelo avanço tecnológico e pelas novas concepções de vida dele emergentes.

A IES tem o compromisso de cooperar com o processo de desenvolvimento regional sustentável, uma vez que proporcionará aos seus alunos instrumentos técnico-científicos relevantes em seus cursos, que são úteis e básicos à elaboração de políticas públicas. A interação dos conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais, exigidas no mundo atual, possibilitará a formação de recursos humanos capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado.

No âmbito administrativo, é preciso levar em conta as novas tecnologias de gestão propostas, que têm como mote principal – além da utilização dos modernos meios de comunicação para economizar etapas e fazer fluir mais livremente o fluxo de processos organizacionais – a primazia do mérito e da qualidade acadêmica, fatores indispensáveis para se alcançar os mais altos níveis da inteligência criativa e a elaboração de novas metodologias para a abordagem de problemas tangíveis e reais da sociedade organizada.

A estrutura que se pretende implantar nessa era informacional, com a utilização dessas novas tecnologias gerenciais, abrirá espaços nos quais há possibilidades concretas de libertação das grandes patologias organizacionais: o normatismo, o burocratismo e o corporativismo, tão

presentes na vida acadêmica. Essas patologias cederão e tenderão a desaparecer diante dos recursos das tecnologias virtuais, da flexibilidade orgânica e da descentralização do poder.

A IES possui uma política de expansão coerente com o atual estágio e perspectivas de desenvolvimento da região de Fortaleza - CE.

Finalmente, resta afirmar que a Faculdade de Ensino e Cultura – FAECE adota políticas direcionadas para o desenvolvimento de estudos de situações reais e específicas para a melhor compreensão das condições de vida das comunidades abrangidas pela ação da IES.

Afinal, é premente na Instituição a preocupação de ministrar e desenvolver os conhecimentos e práticas necessárias para que os seus egressos tenham condições de atuar com competência nas empresas que escolherem em igualdade de condições com concorrentes de quaisquer regiões.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO

Denominação:	Curso de Educação Física modalidade Bacharelado
Turno de Funcionamento:	Noturno
Carga Horária:	Carga Horária do Curso: 3840 C/H de Conteúdos Disciplinares: 2.400h Optativa (OP): 20 h Estudos Disciplinares (ED's): 180h Acadêmico-científico-culturais (AC): 200h Prática Comp. Curricular (APS's): 640h Estágio Supervisionado: 400 h
Tempo de Integralização:	Duração Mínima: 08 semestres
	Duração Máxima: 12 semestres
Vagas Solicitadas:	100
Dimensionamento das Turmas:	Amparada no disposto no artigo 53 da Lei nº 9.394/1996, e a <i>Resolução CNE/CP nº 2</i> , de 1º de julho de 2015 a IES, por meio de seus colegiados superiores, estabeleceu que os candidatos classificados em processo seletivo e matriculados serão divididos em grupos de 50 alunos. Enquanto que, nas atividades práticas, os grupos têm as dimensões recomendadas pelo professor, com aprovação da Coordenação de Curso, sempre respeitado o limite máximo de 25 alunos por turma prática.
Regime de Matrícula:	Seriado semestral
Coordenador do Curso:	Nome: Rhoden Melo Oliveira Endereço: Telefone: (85) 99853-5338 E-mail: rhoden.melo@gmail.com Titulação: Doutor Recomendado pela CAPES/MEC (4) Conclusão: 2012 Regime de Trabalho: Integral

3. BASE LEGAL

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Plena em Educação Física foi concebido com base na Resolução CNE/CES Nº 7/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, nos termos do Art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, sob a Homologação do Parecer nº 213/2008 em 10 de março de 2009, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração do curso de graduação em Educação Física, bacharelado, na modalidade presencial e sua alteração procedida pela Resolução nº 8/2007. Com base na Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com adequação de seus conteúdos curriculares às exigências do Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e adequação dos estágios à Lei 11.788/2008. A infraestrutura institucional apresenta condições de acesso para portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto nº. 5.296/2004.

DIMENSÃO 1 – CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1. Características da Instituição

1.1.1. Missão Institucional

A **FAECE** tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior, integrando o ensino e a extensão, com o intuito de formar sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do estado e da região.

Seu dever é orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do Ensino e com ela a formação de sujeitos responsáveis, comprometidos com o seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade. Para tanto, partilha dessa responsabilidade com os ingressos, os egressos e com as organizações locais. Nesse sentido, a Instituição objetiva ser *locus* de referência no estado, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e participar da inserção dos egressos no mercado de trabalho. A Instituição entende que, na interação dinâmica com a sociedade, em geral, e com o mercado de trabalho, em particular, define os seus campos de atuação acadêmica presentes e futuros.

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de sujeitos e para o processo de desenvolvimento da sociedade, a IES pretende produzi-lo através da articulação do ensino com a extensão a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, buscando compreender melhor e mais profundamente a realidade que seu egresso irá contribuir para transformar. Nesse sentido, esta Instituição tem como diretriz uma formação que combina e equilibra o desenvolvimento técnico e humanístico e que promove a visão sistêmica do estudante.

Não obstante, o processo de formação do profissional deve abranger uma série de compromissos com a realidade social enquanto sujeito partícipe de sua construção qualitativa, ao mesmo tempo em que assumirá o exercício profissional na direção da resolução dos problemas locais e regionais.

Para realizar essa missão, a Instituição também parte da necessidade de que, enquanto agência promotora de educação superior, deva ser possuidora de uma política de Graduação rigorosa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação.

1.1.2. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

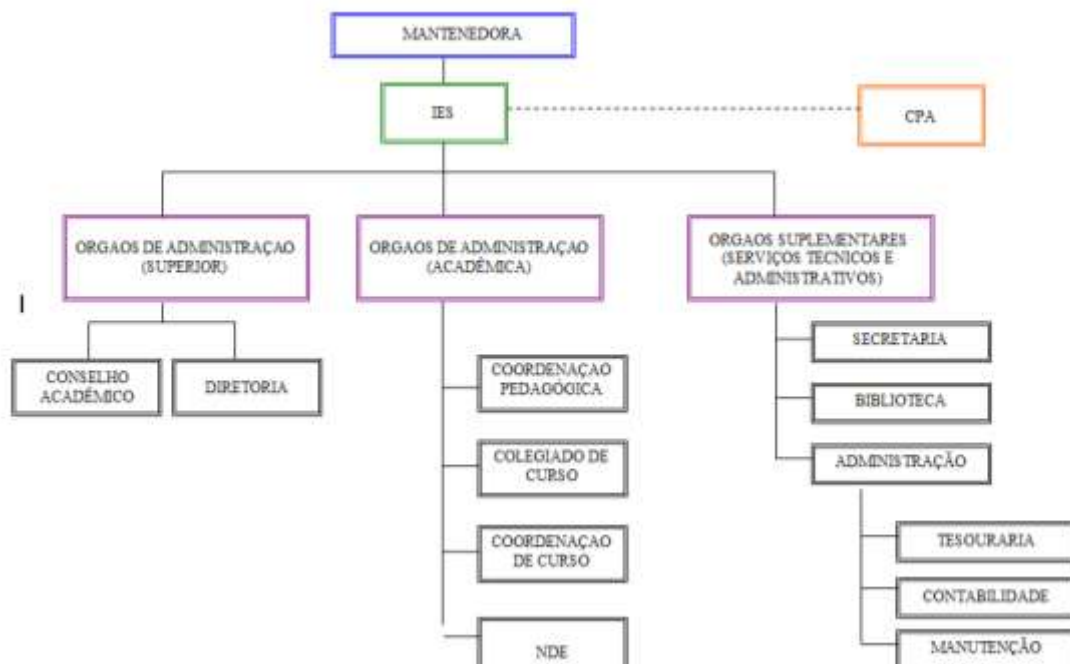
A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação de Curso e NDE.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção. Poderão integrar a estrutura organizacional da IES outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

1.1.2.1. Organograma Institucional e Acadêmico

O Organograma Institucional é apresentado na página a seguir.



1.2. Administração

1.2.1. Condições de Gestão

O Projeto Institucional da IES contempla a necessidade para a implantação do curso de **Educação Física**, juntamente com os demais cursos já implantados. Para as atividades acadêmicas e administrativas, a estrutura e o fluxo organizacional existentes são suficientes para a implantação e implementação do curso solicitado. A Direção Acadêmica e a Coordenação de Curso serão exercidas por docentes do quadro, sendo viável o cumprimento das normas administrativas e acadêmicas inerentes.

Ainda que tratar-se de um projeto para implantação de novo curso, há coerência entre a estrutura organizacional definida pela Instituição e a prática administrativa proposta.

1.2.1.1. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional

Há uma preocupação constante, por parte da IES, para que a gestão do curso possa estar articulada com a gestão institucional. Entendemos que não há possibilidade de existir uma gestão de qualidade se não houver interface entre os objetivos institucionais e as atividades do curso.

Ademais, o Regimento estruturado a partir das legislações educacionais vigentes da IES assegura, como forma de aplicação do princípio de gestão democrática, a integração entre a gestão administrativa, os seus órgãos colegiados e os cursos em suas diversas modalidades. Para tanto, foram instituídos órgãos colegiados deliberativos superiores com a participação de membros de sua comunidade, da comunidade local e da representatividade legal do corpo docente, discente e administrativo.

Neste sentido a IES estabelece, ainda, as responsabilidades e áreas de competência da mantenedora e da mantida, o que permite e promove, consequentemente, a

democratização do conhecimento, mediante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

1.2.2. Planos de Desenvolvimento

No PDI, as informações específicas prestadas são coerentes com a estrutura organizacional e a prática administrativa existentes, além de haver condições financeiras satisfatórias para a implantação do curso.

1.2.3. Sistemas de Informação e Comunicação

A Instituição também apresenta estrutura para a coordenação, secretaria, tesouraria e um sistema de informática compatível com as necessidades do curso.

1.3. Políticas de Pessoal e Programas de Incentivos e Benefícios

Os mantenedores da IES entendem que, mesmo dispondo de um Projeto de Desenvolvimento Institucional adequado e de Projetos Pedagógicos consistentes dos cursos que oferece e pretende oferecer, isto pouco representará se não houver pessoas qualificadas para desempenhar as funções administrativas, pedagógicas e acadêmicas.

Sendo assim, são estabelecidos como critérios de contratação de pessoal administrativo:

- apresentar características de liderança;
- ser inovador no desempenho de suas tarefas na área específica das funções que exerce e na área de informática;
- ser empático e democrático em relação aos colegas;
- demonstrar domínio de conhecimentos na sua área de trabalho; e
- estar predisposto à formação contínua.

Para a contratação de professores, os critérios que nortearão a escolha podem ser resumidos em dez aspectos:

1. Professores com titulação mínima de especialista;
2. Professores com expertise para ministrar aulas nas disciplinas presentes na estrutura curricular dos cursos que oferece;
3. Professores com experiência docente e não docente;
4. Professores com experiência docente em cursos superiores de, pelo menos, dois anos;
5. Professores capacitados para estabelecer boa relação com os estudantes, com os seus pares e com as lideranças acadêmicas;
6. Professores comprometidos com a educação permanente;
7. Professores com potencial para somar as atividades de pesquisa e extensão às atividades docentes;
8. Professores comprometidos com a aprendizagem dos estudantes;
9. Professores com elevada capacidade de comunicação oral e escrita; e
10. Professores com relações sociais nas organizações locais.

1.3.1. Plano de Carreira e Incentivos aos Docentes

Uma das preocupações da Instituição em promover o comprometimento do docente com os valores e princípios educacionais da IES foi sinalizada pela elaboração e implantação do Plano de Carreira Docente constante no PDI. O Plano prevê classes, níveis e regime de trabalho. As classes de docentes serão de Titular, Adjunto, Assistente e Auxiliar.

O ingresso na Carreira de Professor de Ensino Superior dar-se-á, preferencialmente, na referência inicial da respectiva categoria funcional, por meio de processo seletivo, e prevê os seguintes níveis e regimes de trabalho:

- I. Professor Titular e Professor Adjunto
- II. Professor Assistente
- III. Professor Auxiliar
- I. Regime de Tempo Integral – TI
- II. Regime de Tempo Parcial – TP
- III. Regime Horista – RHA

Foi prevista a avaliação docente, que funcionará como condicionante à progressão funcional. No plano docente estão previstos estímulos à qualificação, à capacitação, à pesquisa e extensão.

1.3.2. Plano de Carreira e Incentivo do Pessoal Técnico-Administrativo

A busca da IES pela eficaz promoção do comprometimento do corpo técnico-administrativo com os valores e princípios educacionais defendidos pela Instituição norteou a elaboração e implantação do Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo, constante no PDI.

O plano para a carreira administrativa prevê cargos técnicos de nível superior, médio e auxiliares administrativos.

1.3.3. Programas Institucionais de Financiamento de Estudos para Alunos Carentes

O Programa de Assistência ao Corpo Discente prevê o oferecimento de bolsas de estudo referentes a descontos de 10% a 25% no valor da mensalidade do curso a estudantes carentes, mediante o preenchimento de formulário específico, que é, por sua vez, encaminhado para a avaliação e seleção de Comissão Especial, designada pela Diretoria. Essas bolsas são oferecidas considerando-se o equilíbrio entre os recursos existentes e a cota de bolsas pleiteadas.

Ademais, a IES viabiliza o programa de Financiamento Estudantil – FIES, nos termos. O financiamento concedido, nesse caso, pode chegar até 75% dos encargos educacionais. O agente financeiro responsável é a Caixa Econômica Federal que concede os financiamentos apenas aos alunos matriculados nos cursos com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

A IES já aderiu ao ProUni – Programa Universidade para Todos, criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tendo como objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes carentes do município. Tais benefícios serão concedidos também aos cursos novos a serem implantados em 2018, visando principalmente à inclusão social de alunos de baixa renda nos meios universitários, conforme vem sendo incentivado pelo Ministério da Educação.

O Programa de Benefícios tem sido amplamente divulgado pela Instituição, por ocasião de abertura dos processos seletivos, e conta com mecanismos próprios de controle.

DIMENSÃO 2 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. Projeto Pedagógico do Curso

2.1.1. Contexto Educacional

A Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará – FAECE surge para suprir as deficiências regionais em recursos humanos qualificados e para absorver a crescente massa de estudantes que concluiu ou, nos próximos anos, concluirá o ensino médio, conforme dados reveladores de pesquisa de mercado realizada.

O município de Fortaleza possui extensão territorial de 315 km² e é capital de maior densidade demográfica do país, com 7.786,4 hab/km². Fortaleza é a quinta cidade mais populosa do Brasil, com uma população hoje estimada em 2.627.482 habitantes, de acordo com o IBGE. É também um importante centro industrial e comercial do Brasil, com o sétimo maior poder de compra do país. Ainda segundo dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2015 foi de R\$ 57.246.034.490 e o PIB per capita de R\$ 22.092,58.

Neste aspecto, indiscutivelmente, verifica-se que as instituições particulares desempenham relevante papel na formação superior, de forma a atender a demanda de mercado resultante de um processo, qual seja o aumento do contingente de egressos do ensino médio, que reclama pela necessidade de mais vagas, mais cursos e mais instituições, democratizando, assim, o acesso dos jovens aos estudos de nível superior.

O papel do sistema educacional privado é diminuir o fosso entre os concludentes do ensino médio e o acesso ao ensino superior. Isso pode ser feito mediante a autorização de mais cursos que, com competência e credibilidade, formem profissionais capacitados, preparados tanto para o setor empresarial quanto para a administração de órgãos públicos e privados.

Fortaleza precisa de profissionais qualificados para a gestão de práticas de trabalho modernas, para o empreendedorismo, para o emprego de atitudes inovadoras e para os desafios do desenvolvimento sustentável.

Sabe-se que, com a oferta de cursos de graduação, formando um contingente de profissionais com melhor preparação crítica, poder-se-á democratizar os projetos de cidadania e garantir bom êxito no processo de desenvolvimento e progresso regional.

É neste contexto que se instala a Faculdade de ensino e Cultura do Ceará, que não poupará esforços no sentido de oferecer à comunidade cursos, projetos e programas voltados para as necessidades regionais e integrados à realidade de sua área de inserção.

A FAECE pretende estabelecer-se, ao longo do tempo, como um centro de referência no Estado do Ceará no que diz respeito à formação de profissionais com competências e habilidades técnico-científicas reguladas pela ética e por uma visão crítica de seu papel na sociedade – uma formação profissional voltada para a assistência, o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os níveis.

O curso de Educação Física Graduação Plena (Bacharelado) tem por objetivo desenvolver os conteúdos da Educação Física de forma crítica, criativa e contextualizada, utilizando as áreas e possibilidade de atuação não só no Esporte, mas também no Lazer e na Saúde, preparando seus alunos para atuarem como agentes conscientes e capazes de provocarem mudanças significativas na sociedade, respaldados por um embasamento sólido e atual.

Além disso, há uma preocupação social da Instituição em atender ao mercado regional, já que, de acordo com informações obtidas do e-MEC, existem 26 instituições de ensino superior na cidade e, dentre elas, 08 oferecem o curso de Educação Física, número este insuficiente para abarcar a extensa demanda da região.

O profissional inserido no mercado pela Instituição terá uma formação específica e ampliada, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física como definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena; específica que deve compreender e integrar as dimensões culturais, didáticas pedagógicas e técnico-instrumentais das manifestações e expressões do movimento humano, com o propósito de qualificar e habilitar a intervenção acadêmica profissional em face das competências e das habilidades específicas em Educação Física; e a ampliada que deve compreender o estudo da relação do ser humano, em todos os ciclos vitais, com a sociedade, a natureza, a cultura e o trabalho. Deverá possibilitar uma formação cultural abrangente para a competência acadêmico profissional de um trabalho com seres humanos em contextos histórico-sociais específicos, promovendo um contínuo diálogo entre as áreas de conhecimento científico afins e a especificidade da Educação Física.

2.1.2. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

Há plena consonância entre o preconizado no PDI e PPI da IES em relação às políticas institucionais e as práticas do curso. O ensino de qualidade, o incentivo à pesquisa e extensão, são ações praticadas nas atividades regulares do curso. A ética como postura e o compromisso social como atitude, são estimulados pelos docentes dentro do cotidiano do processo de ensino-aprendizagem.

2.1.3. Concepção do Projeto Pedagógico de Curso - PPC

Em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, o Curso como foi concebido leva em conta a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva do profissional de acordo com a orientação das Diretrizes Curriculares nacionais para o Ensino de Graduação em Educação Física - Bacharelado procurando assegurar a:

- Articulação entre o ensino e a extensão, garantindo um ensino crítico, reflexivo, que leve à construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido;
- Inserção do aluno precocemente em atividades práticas, de forma integrada e interdisciplinar, relevantes à sua futura vida profissional;
- Utilização de diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas de vida, da organização da prática e do trabalho em equipe multiprofissional;
- Visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;
- Garantia dos princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;
- Implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;
- Definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber, o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver junto e o aprender a conhecer que constituem atributos indispensáveis à formação do Profissional de Educação Física;

- Realização das dinâmicas de trabalho em grupo, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- Valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade.

2.1.4. Perfil do Curso

O curso de Graduação Plena em Educação Física é concebido como espaço de formação do profissional de Educação Física que atenda as demandas postas atualmente pela sociedade brasileira à educação, a saúde e qualidade de vida e, por meio de uma postura crítica, reflexiva e investigativa a fim de interferir na construção de um estilo de vida melhor para a sociedade.

Orientamo-nos, dessa maneira, pela concepção de que o profissional deve ter, em sua formação inicial, a oportunidade de construir autonomia, competência técnica e política a fim de prestar serviço qualificado à sociedade. Decorre dessa necessidade que o curso de Educação Física deve ser o *locus* propiciador de sólida formação acadêmica e profissional, da qual depende a articulação entre teoria e prática, onde se atrela fundamentação teórica e pesquisa à problematização do ensino, da saúde, da prática esportiva e da expressão corporal, diante de situações reais da prática, levando à vivência da práxis, em um exercício de formação contínua.

Sem perder de vista que a prática de atividade física, desportiva e/ou recreativa, além da prática educacional, constitui a base da identidade do profissional que se quer formar, o curso organiza-se de maneira a articular a formação específica deste profissional diante de conhecimentos em áreas próprias da Saúde, Lazer e Esporte, atendendo ainda a dimensão do Ensino, diante da competência educacional almejada.

A concepção aqui apresentada foi formulada a partir do reconhecimento de que a autonomia e a flexibilidade preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996) possibilita às Instituições demonstrarem competência para elaboração do currículo de seus cursos, com ampla liberdade para interagir com as peculiaridades regionais, com contexto institucional, com as demandas do mundo do trabalho e com as características, interesses e necessidades da comunidade.

Nesse ínterim, o curso de Graduação Plena em Educação Física da FAECE, num diálogo profícuo com este contexto, pretende não dicotomizar educação e saúde, entendendo ser possível estabelecer uma inter-relação entre essas dimensões, no mundo da atividade física, desportiva e recreativa em ambientes educativos como clubes, academias, parques, centros de reabilitação entre outros, assim como na escola. Daí a explicitação, em nossa proposta curricular, de conteúdo, estudos e metodologias, que contemplem a ação educativa atrelada à saúde.

Assim, é desafio do curso de Graduação Plena em Educação Física da instituição, atrelar conhecimentos específicos da área aos didático-pedagógicos, diante de orientações acadêmica e científica e do princípio da práxis, onde se alcança uma intervenção crítica e criativa, fundamentada e baseada na manifestação educativa.

A FAECE apresenta o desejo e apropriadas condições para servir à sociedade e à categoria dos profissionais de Educação Física, implantando, por isso, um curso digno e diferenciado de forma a valorizar a comunidade na qual está inserida.

2.1.4.1. Justificativa da Oferta do Curso

O município de Fortaleza possui extensão territorial de 315 km² e é capital de maior densidade demográfica do país, com 7.786,4 hab/km². Fortaleza é a quinta cidade mais populosa do Brasil, com uma população hoje estimada em 2.627.482 habitantes, de acordo com o IBGE. É também um importante centro industrial e comercial do Brasil, com o sétimo maior poder de compra do país. Ainda segundo dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2015 foi de R\$ 57.246.034.490 e o PIB per capita de R\$ 22.092,58.

Embora o comércio diversificado seja o maior gerador de riquezas da sua economia, reunindo o maior número de estabelecimentos comerciais no Centro, Fortaleza é sede de grandes indústrias, como a M. Dias Branco, a J. Macedo e a Grande Moinho Cearense do setor de alimentos. Em 2014, esse setor foi responsável por 1,6% dos empregos da capital cearense com 599 empresas.

Na área da saúde, Fortaleza conta com 112 unidades básicas de saúde, 39 hospitais gerais e 44 hospitais especializados, além de outros estabelecimentos de saúde, dentre os quais estão a Santa Casa de Misericórdia, primeiro hospital do município, inaugurado em 1861, o Hospital Geral de Fortaleza, o maior hospital público, administrado pelo governo do estado, e o Instituto Doutor José Frota, o maior hospital de emergência da cidade. São mais de cinco mil estabelecimentos para atender a população, de acordo com informações do CNES.

Segundo dados do PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Fortaleza é 0,754. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O IDHM passou de 0,652 em 2000 para 0,754 em 2010 - uma taxa de crescimento de 15,64%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 29,31% no período. A dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,161), seguida por Longevidade e por Renda.

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, sendo evidenciada na região de inserção da IES.

O último levantamento da educação básica realizado pelo INEP mostrou que 100.502 estudantes foram matriculados no ensino médio regular das redes municipal e estadual em Fortaleza. Essa cifra representa uma potencial demanda por formação superior para os próximos anos na região.

MATRÍCULAS NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Período	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Parcial	143.875	116.300	87.448
Integral	26.695	18.188	13.054
Total	170.570	134.488	100.502

Estando prevista a expansão do ensino médio, o aumento de vagas e a democratização do acesso à educação superior foram também algumas das metas estipuladas pelo PNE.

O ingresso na educação superior assume para o jovem da região um caráter de tarefa evolutiva em si mesma, continuidade natural a ser assumida por quem termina o ensino médio e uma alternativa disponível de inserção no mundo do trabalho.

O quadro a seguir apresenta dados de 2012 da distribuição da população do município segundo a faixa etária e revela que 14% da população total encontra-se na faixa entre 18 e 24 anos, fase de ingresso acadêmico.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Faixa Etária	População	%
Menor 1 ano	36.419	1%
1 a 4 anos	135.700	5%
5 a 9 anos	179.816	7%
10 a 14 anos	212.587	9%
15 a 17 anos	133.886	5%
18 a 24 anos	351.893	14%
25 a 29 anos	246.903	10%
30 a 34 anos	213.583	9%
35 a 39 anos	187.335	7%
40 a 44 anos	178.805	7%
45 a 49 anos	159.170	6%
50 a 54 anos	124.177	5%
55 a 59 anos	97.490	4%
60 a 64 anos	77.883	3%
65 a 69 anos	54.905	2%
70 a 74 anos	43.727	2%
75 a 79 anos	28.211	1%
80 anos e mais	37.704	2%

O número de matrículas em instituições de ensino superior em 2012 em Fortaleza foi de 123.685, segundo dados do INEP. A taxa de escolarização, que mede o total de matrículas no ensino superior em relação à população na faixa etária teoricamente adequada a frequentar esse nível de ensino, é estimada em 35%. Essa taxa de escolarização calculada pelo IBGE demonstra claramente as deficiências do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem no município.

Ainda de acordo com dados do INEP, foram 2.511 candidatos inscritos em processos seletivos para as 1.759 vagas oferecidas nos cursos de Educação Física das instituições de ensino superior do município em 2016.

2.1.4.3. Metas do PNE

A proposta de implantação do Curso de Graduação Plena em Educação Física está alinhada com os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) no que tange aos seguintes aspectos:

- Aumenta a oferta de vagas no ensino superior para estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos, residentes no Município, contribuindo para elevação da taxa líquida de matrículas nesse nível de ensino;
- Contribui para a redução das desigualdades regionais na oferta de educação superior;

- Diversifica regionalmente o sistema superior de ensino, introduzindo um curso de grande importância socioeconômica.

2.1.4.4. Concepção do Curso

O Curso de Graduação Plena em Educação Física da IES, atrelada ao PPI, baseia sua ação pedagógica em princípios educacionais que propõem:

- formação crítica e construtiva;
- excelência de processos;
- autonomia intelectual;
- preparação técnico-científica;
- postura ética e profissional.

A institucionalização destes princípios é assegurada pelo projeto de ensino interdisciplinar, voltado para centros de interesses, que tem por objetivo a construção da autonomia intelectual do aluno, considerando também:

- a organização global do conhecimento;
- a metodologia baseada em problemas;
- a interação do aluno com o objeto de estudo;
- as oportunidades diversificadas de aprendizagem;
- a contextualização

Seguindo o papel da instituição e seus princípios educacionais, o Curso de Educação Física pretende promover em níveis cada vez mais específicos e elevados em termos de abstração e complexidade a instrumentalização, a aquisição e a construção do conhecimento humano, contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

O curso de Graduação Plena em Educação Física é concebido como espaço de formação do profissional de educação física que atenda as demandas postas atualmente pela sociedade brasileira à educação, à saúde e qualidade de vida e, por meio de uma postura crítica, reflexiva e investigativa possa interferir na construção de um estilo de vida melhor para a sociedade.

Orientamo-nos, dessa maneira, pela concepção de que o profissional deve ter, em sua formação inicial, a oportunidade de construir autonomia, competência técnica e política a fim de prestar serviço qualificado à sociedade. Decorre dessa necessidade que o curso de Educação Física deve ser o locus propiciador de sólida formação acadêmica e profissional, da qual depende a articulação entre teoria e prática, onde se atrela fundamentação teórica e pesquisa à problematização do ensino, da saúde, da prática esportiva e de expressão corporal, diante de situações reais de prática, levando à vivência da práxis, em um exercício de formação contínua.

Sem perder de vista que a prática de atividade física, desportiva e/ou recreativa, além da prática educacional, constitui a base da identidade do profissional que se quer formar, o curso organiza-se de maneira a articular a formação específica deste profissional diante de conhecimentos em áreas próprias da Saúde, Lazer e Esporte, atendendo ainda a dimensão do Ensino, diante da competência educacional almejada.

A concepção aqui apresentada foi formulada a partir do reconhecimento de que a autonomia e a flexibilidade preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996) possibilita às Instituições demonstrarem competência para elaboração do currículo de seus cursos, com ampla liberdade para interagir com as peculiaridade regionais,

com contexto institucional, com as demandas do mundo do trabalho e com as características, interesses e necessidades da comunidade.

Nesse ínterim, o curso de Graduação Plena em Educação Física da IES, num diálogo profícuo com este contexto, pretende não dicotomizar educação e saúde, entendendo ser possível estabelecer uma inter-relação entre essas dimensões, no mundo da atividade física, desportiva e recreativa em ambientes educativos como clubes, academias, parques, centros de reabilitação entre outros, assim como na escola. Daí a explicitação, em nossa proposta curricular, de conteúdo, estudos e metodologias, que contemplem a ação educativa atrelada à saúde.

Assim, é desafio do curso de Graduação Plena em Educação Física da IES, atrelar conhecimentos específicos da área aos didático-pedagógicos, diante de orientações acadêmica e científica e do princípio da práxis, onde se alcança uma intervenção crítica e criativa, fundamentada e baseada na manifestação educativa.

2.1.4.4.1.Eixos Norteadores do curso

Nesse contexto, foi estabelecida a fundamentação conceitual do curso proposto, isto é, a definição de seus eixos norteadores ou eixos articuladores, definido o campo de aplicação profissional do mesmo, como sendo o de formação de profissionais de Educação Física em diferentes ambientes educativos, em nível superior, curso de Graduação.

Foi estabelecido o primeiro eixo, como articulador dos diferentes ambientes de conhecimento profissional, que independentemente das disciplinas e dos seus conteúdos, prevê um confronto com os meios de atuação profissional em sua formação através de recursos para que se possa contemplar a complexidade da formação e estimular à participar de tempos e espaços curriculares diversificados que serão instituídos como oficinas, seminários, grupos de trabalho supervisionado, grupos de estudos, tutorias em eventos, atividades de extensão, de pesquisa e de iniciação científica.

O segundo eixo é articulador da interação e comunicação e do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional. Isto será estimulado no curso proposto pela IES, pelo incentivo aos alunos em formação, para que tenham iniciativas próprias de participação e organização de grupos de estudos, seminários amplos, exposições e debates, entre outras formas de atividades, que versem sobre temas educacionais e profissionais, sem esquecer a elaboração de trabalhos acadêmicos e de cunho científico.

O terceiro eixo se constitui como articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade. A formação do graduado em Educação Física demanda estudos disciplinares que possibilitem a sistematização e aprofundamento de conceitos, relações e significados das práticas sem cujo domínio torna-se impossível construir competências profissionais. Este domínio deve referir-se tanto aos objetos de conhecimento a serem transformados em objetos de ensino, quanto aos fundamentos psicológicos, sociais, motores e culturais. Sendo um profissional que está sempre mobilizando conhecimentos das diferentes disciplinas e colocando-os a serviço de sua tarefa profissional, a matriz curricular do curso de formação em Educação Física não deve ser uma mera justaposição ou convivência de estudos disciplinares e interdisciplinares. Ela deve permitir o exercício permanente de aprofundar conhecimentos disciplinares e práticas de atividades físicas, e ao mesmo tempo, indagar quanto a relevância e pertinência para compreender, planejar, executar e avaliar situações de ensino e aprendizagem. Esta indagação só pode ser feita através de uma perspectiva interdisciplinar.

O quarto eixo é articulador da formação comum e específica, como se sabe um dos grandes desafios da formação do profissional em Educação Física é a constituição de competências comuns e ao mesmo tempo o atendimento às especificidades do trabalho de desenvolvimento da educação e da saúde, nas diferentes áreas onde o profissional irá atuar, o que indica que estas diferenças devem ser explicitadas e tratadas de modo específico durante o curso. Assim, a organização curricular do curso ora proposto inclui espaços para a sistematização comum de questões centrais da educação e saúde, bem como de sua dimensão prática; a sistematização sólida e consistente de conhecimento sobre objetos de ensino; a construção de perspectiva interdisciplinar, tanto para os professores de atuação multidisciplinar quanto para especialistas de área ou disciplina, aí incluídos projetos de trabalho; não se esquecendo que existem modalidades ou campos específicos de atuação para cada área e especificidade de conhecimento.

O quinto eixo é articulador dos conhecimentos a serem ensinados que fundamentam a ação educativa e da saúde. O currículo de formação do profissional de educação física deve contemplar espaços, tempos e atividades físicas adequadas que facilitem a seus alunos fazerem permanentemente a transposição didática, isto é, a transformação de objetos de conhecimento em objeto de ensino. O aluno estará permanentemente ampliando e aprimorando seus conhecimentos teóricos/práticos ao compreender, planejar, executar ou avaliar situações de ensino e aprendizagem no curso.

O sexto e último eixo é articulador das dimensões teóricas e práticas. No que se refere à articulação entre teoria e prática, este projeto utiliza as normas vigentes e incorpora discussões e considerações relevantes à Educação Física. O princípio metodológico geral é de que todo fazer implica reflexão, e toda reflexão implica um fazer, ainda que nem sempre este se materialize. Assim no processo de construção de sua autonomia intelectual o professor, além de saber e saber fazer deve compreender o que faz, e ser capaz de orientar o aluno na busca do significado, das causas e das razões envolvidas na prática. A prática na matriz curricular do curso de Graduação em Educação Física não pode ficar reduzida a um espaço isolado, que a reduza a uma atividade fechada em si mesma e desarticulada do restante do curso. As ementas do curso estabelecem situações didáticas em que os futuros professores possam colocar em uso os conhecimentos que aprenderem, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes espaços curriculares.

Todas as disciplinas, que constituem o currículo, têm sua dimensão teórico prática. Tal dimensão é que deverá ser trabalhada permanentemente, tanto na perspectiva de sua aplicação social, quanto na perspectiva de sua didática. Ao mesmo tempo, as disciplinas de características eminentemente práticas devem, permanentemente, trabalhar a reflexão e a busca de significados que garantam sua aplicação consistente e transformadora na sociedade.

2.1.4.4.2. Relevância Social do Curso

O Curso de Graduação Plena em Educação Física da IES destina-se à formação de profissionais de nível superior na área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas (Resolução, 07/2004, art 3º).

O curso de Graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética (Resolução, 07/2004, art 4º).

O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável (Resolução, 07/2004, art 4º, § 1º).

Um dos desafios que se apresenta ao profissional é o de intervir junto as pessoas, qualquer que seja sua faixa etária, a fim de contribuir para sua formação e capacitação humana, atrelados à saúde, a qualidade de vida e o bem estar social, como um processo permanente que se desenvolve ao longo de toda vida, tanto fora como dentro de instituições sociais. Recorde-se que, atualmente, as instituições onde atuam os profissionais de Educação Física atualmente atendem desde crianças até os grupos conhecidos como de terceira idade. Some-se a isso que a educação promovida na base da intervenção desse profissional pode ser entendida como um produto que é colocado no mercado, tal qual uma mercadoria, mas como uma demanda da própria sociedade em busca de melhores serviços que contribuam para a obtenção de boas soluções para o exercício da cidadania e da vida na coletividade.

Por outro lado, a tendência a se entender mente e corpo como realidades separadas, tem gerado distorções no desenvolvimento do processo educacional e de intervenção, distorções estas que serão percebidas em outros campos da atividade humana, como se pode notar na artificial supervalorização dos trabalhos assim chamados intelectuais e na desvalorização dos trabalhos físicos. Gera-se, com isso, uma alienação do indivíduo de si mesmo, além de embotar a compreensão de sua importância no tecido social.

O curso de Graduação Plena em Educação Física propõe a perspectiva de atrelar a formação da pessoa humana como ser integral e o desenvolvimento de sua qualidade de vida, construindo uma consciência crítico-criativo da realidade, em conformidade com as finalidades educacionais inspirada nos documentos legais e institucionais.

O curso de Educação Física da IES, portanto, leva em consideração as demandas sociais e busca dar um tratamento responsável, manifestando aí os aspectos educativos, além de colaborar para a promoção de saúde integral individual e coletiva, nas instituições ou espaços em que o profissional for solicitado a trabalhar.

A IES apresenta o desejo e apropriadas condições para servir à sociedade e à categoria dos profissionais da Educação Física, implantando, por isso, um curso digno e diferenciado de forma a valorizar a comunidade na qual está inserida. Para alcançar este propósito, a Instituição coloca à disposição sua estrutura física, docente e organizacional, proporcionando o ambiente adequado para a formação dos estudantes, nos três diferentes momentos em que a atividade universitária acontece: ensino, pesquisa e extensão.

Pretende-se, portanto, de forma crítica, criativa e contextualizada, desenvolver os conteúdos históricos da Educação Física, utilizando a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas na busca de colaborar com o ato educativo e um estilo de vida saudável para a boa formação do cidadão.

Justifica-se, em todos esses termos, que a criação do Curso de Graduação em Educação Física da IES visa contribuir para a sociedade, para o Estado e para o País, propiciando a formação de educadores físicos tendo em vista a melhoria do oferecimento de serviços no âmbito das Atividades Físicas, Desportivas e Recreativas, nas suas diversas manifestações e objetivos, bem como de qualificar profissionais para ocuparem posições valorizadas no mercado de trabalho.

2.1.5. Objetivos do Curso

A IES tem, como um de seus principais objetivos preparar profissionais éticos e competentes, capazes de contribuir para o desenvolvimento da região e o bem-estar e qualidade de vida de seus cidadãos. Para tanto, ciente de sua responsabilidade social, busca a compreensão das reais necessidades e caminhos para que esse desenvolvimento ocorra, primando pela inclusão social de seus alunos e egressos e desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação. Objetivos que subsidiam a revisão do PPC, e orientam o objetivo geral e específico do Curso de Educação Física, apresentados a seguir:

2.1.5.1. Objetivo Geral

Favorecer a formação de um profissional crítico e reflexivo, que possua um conhecimento amplo da área da Educação Física e da Saúde, associada ao contexto sócio-histórico-cultural e educacional do país. Um profissional que se caracteriza pela promoção e desenvolvimento de atitudes éticas, bem como da autonomia intelectual, criatividade e criticidade referente ao conhecimento e atuação profissional, podendo intervir e transformar hábitos sociais que levem a prática da atividade física regular da população, com vistas à melhoria da qualidade de vida e obtenção de um estilo saudável de viver de bem estar. Uma formação que possa oportunizar a realização de momentos de aproximação, constatação, co-atuação, atuação, reflexão e busca de transformação da realidade profissional, incentivando um exercício de formação contínua.

2.1.5.2. Objetivos Específicos

- Reconhecer os ambientes educativos como local de produção de conhecimento, de pesquisa e de extensão, fazendo uso desse espaço para o projeto de uma sociedade mais justa, colaborando para a formação do cidadão;
- Favorecer a conscientização da importância da prática de inclusão social e da busca da cidadania, independente das diferenças biopsicossociais e culturais, interpretando, reconhecendo e valorizando o outro e a si mesmo;
- Estimular a interação teoria/ prática no sentido de articular, construir e reconstruir conhecimentos necessários para a atuação transformadora;
- Preparar o aluno para planejar, implementar, acompanhar e avaliar propostas de Educação Física em suas diferentes ramificações (Saúde, Esporte e Lazer) que possam ser aplicadas nos diferentes campos de atuação;
- Possibilitar o reconhecimento de que a Educação Física não é só sinônimo de aptidão física e rendimento, enfatizando uma concepção que contempla todas as dimensões envolvidas pela Cultura Corporal do Movimento, oportunizando o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo de forma democrática e não seletiva.
- Trabalhar o fenômeno esportivo em suas diferentes manifestações, desde a participação esportiva, passando pela perspectiva educativa, até estar apto a desenvolver o esporte de rendimento, seguindo critérios éticos e democráticos.
- Identificar a importância do lúdico e da sociabilização nas atividades recreativas, que o levem a perceber como estas situações contribuem para o bem estar coletivo, reduzindo e controlando o estresse inerente ao viver.

- Estimular a iniciação científica e a pesquisa sobre novas propostas do movimento humano e suas diversas manifestações na Pedagogia do Movimento, do Esporte, da Qualidade de Vida e Lazer, divulgando os resultados através de monografias, textos publicados em revistas científicas, trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos, colaborando desta forma para o desenvolvimento da Educação Física;
- Utilizar os recursos dos programas de ensino e extensão como a academia escola, entre outros, como instrumento de capacitação e vivência de futuros profissionais, quando egresso.
- Capacitar o discente para elaboração de propostas de intervenção profissional em Educação Física, que possam ser aplicadas em comunidades interessadas, em cooperação com outras áreas de produção do conhecimento humano, respeitando o desenvolvimento biológico, psicológico, motor e social dos participantes;
- Identificar as concepções de corpo que estão presentes nas relações humanas da sociedade atual, especialmente em situações de práticas esportivas e corporais, constituindo-se em profissional com formação abrangente, conhecedor e respeitador da pluralidade metodológica e possuidor de um pensamento reflexivo;
- Planejar, executar e avaliar propostas de atividades físicas e esportivas para as mais variadas modalidades em suas respectivas faixas etárias, nas quais os princípios da ética e da prazerosa vivência do tempo de lazer estejam presentes;
- Reconhecer os mais variados sistemas de treinamento em esportes e em condicionamento físico, identificando suas origens e seus pressupostos metodológicos;
- Desenvolver nos praticantes princípios, técnicas e conhecimentos que o levem a autonomia e constância da prática das atividades físicas e esportivas, de modo que estas contribuam para a melhoria da qualidade de vida.

2.1.6. Perfil do Egresso

Para a indicação do perfil profissional do curso de Graduação Plena em Educação Física da IES, aliou-se a filosofia definida pela instituição de garantir uma formação superior voltada para um ensino de qualidade, de acordo com as exigências do Ministério da Educação, do mercado de trabalho e da sociedade. A Instituição visa à capacitação de profissionais éticos e competentes para o desenvolvimento da região, resgatando a compreensão da inter-relação humana, na busca sistemática pela excelência educacional, e busca alcançar seu objetivo a partir de percepções compartilhadas dos problemas regionais.

Com base na filosofia dos PPCs, documentos que fixam os propósitos e metas a serem alcançados durante a formação dos alunos, os critérios norteadores para a definição do perfil do egresso pautam-se por uma visão humanista, que internaliza valores como responsabilidade social, justiça e ética profissional de maneira a integrar produtivamente conhecimentos, competências, habilidades e talentos na formação do futuro profissional.

Seguem ainda os seguintes Pilares indicados pelo PPI:

- preparação dos alunos para o mundo do trabalho;
- atendimento às novas demandas econômicas e de emprego;
- formação para a cidadania crítica;
- preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade;
- formação para o alcance de objetivos comprometidos com a sintonia entre o desenvolvimento pessoal e profissional;
- preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos que priorizam a formação de pessoas, reconhecendo

a educação como processo articulador/mediador indispensável a todas as propostas de desenvolvimento regional sustentável a médio e longo prazos; e

- propiciar formação ética, explicitando valores e atitudes por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças culturalmente contextualizadas.

Habilitações e Ênfase

A partir dessas referências institucionais e levando em consideração a especificidade da área da Educação Física no contexto sócio histórico, educacional e profissional, define-se:

O Graduado em Educação Física, formado pela IES, deverá ser um profissional capaz de atuar de maneira coerente na realidade sócio, cultural e política a que estiver inserido trabalhando numa perspectiva de prática reflexiva (Schön, 1992) a fim de que sua intervenção possa resultar positiva no intuito de solucionar os problemas encontrados e decidir autonomamente sua atuação. Desse modo a IES pretende preparar um profissional pluralista de formação abrangente com forte embasamento humanístico e aprofundamento técnico que lhe permita desenvolver as suas potencialidades e ainda incentive a continuidade de seus estudos e aperfeiçoamento profissional na busca da construção e reconstrução dos conhecimentos da área. Ademais, este profissional deverá ser identificado por suas competências e habilidades segundo os aprofundamentos possibilitados no curso de formação inicial, diante da interação teoria e prática, entre ensino, pesquisa e extensão, que potencializará a construção de conhecimentos profissionais significativos à realidade de atuação.

Por isso o perfil do nosso egresso será o de:

- Ser profissional egresso de uma formação abrangente, adquirindo conhecimentos científicos da área, bem como possuir o hábito da intervenção, do estudo e da pesquisa de forma sistemática;
- Ser um profissional consciente e competente, no sentido de exercitar sua cidadania e profissionalismo através de uma visão crítica da história e das questões sociais brasileiras;
- Ser profissional com domínio das dimensões política, epistemológica e educativa constantes de sua formação, bem como ter competência técnica e habilidade necessária à elaboração, execução e avaliação de programas de atividades físicas adequadas aos vários segmentos do ensino não formal, bem como programar atividades esportivas educativas, lúdicas, de lazer e competitivas;
- Ser profissional com competência e abertura para o trabalho da inter e transdisciplinaridade, preservando os conteúdos históricos da Educação Física como os jogos, os esportes, as danças, as ginásticas e as lutas, ampliando para os novos conteúdos surgidos na sociedade moderna (esportes radicais, da natureza, etc.), bem como realizar e divulgar pesquisas com estes conteúdos programáticos.
- Dominar um conjunto de conhecimentos sobre o movimento humano intencional nas dimensões biológica, pedagógica, comportamental, sociocultural; possuindo competências de natureza técnico-instrumental para intervir no âmbito das diferentes manifestações da cultura do movimento humano, visando a realização de objetivos educacionais, de saúde, de prática esportiva e de expressão corporal.

Em atendimento ao referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação contido no Parecer CNE/CES nº 67/2003, ao qual se acrescentarão as competências próprias do profissional formado pelos respectivos cursos. As principais competências definidas pela Instituição de Ensino Superior a serem desenvolvidas são:

- Tomada de decisões

- Comunicação
- Administração e Gerenciamento
- Educação Permanente

Para tanto, elege alguns princípios metodológicos voltados ao desenvolvimento destas competências:

- Interdisciplinaridade
- Formação Profissional para a Cidadania
- Responsabilidade, Compromisso e Solidariedade Social
- Estímulo à Autonomia Intelectual
- Diversificação dos Cenários de Ensino-Aprendizagem

A essas referências do PPI associa-se a questão da identidade profissional que se quer alcançar no curso de Educação Física. Uma identidade profissional que deve necessariamente partir da compreensão de competências que abranjam as dimensões técnico profissionais, humanas e socioculturais, considerando que a intervenção do profissional de Educação Física pressupõe a mediação entre seres humanos historicamente situados num contexto sócio cultural o qual subsidia a realidade profissional.

A configuração de competências socioculturais, humanas e técnico-profissionais deve ser a concepção nuclear na orientação do currículo de formação do Graduado em Educação Física. Além de dominar os conhecimentos que fundamentem e orientem sua intervenção profissional, é imperioso que saiba mobilizar esses conhecimentos, transformando-os em ação.

O Graduado em Educação Física, além do domínio dos conhecimentos específicos para sua intervenção profissional deve, necessariamente, compreender as questões envolvidas no seu trabalho, saber identificá-las e resolvê-las. É preciso demonstrar autonomia para tomar decisões, bem como se responsabilizar pelas opções feitas. É preciso também que saiba avaliar criticamente sua própria atuação e o contexto em que atua, e que saiba interagir cooperativamente tanto com sua comunidade profissional, quanto com a sociedade em geral.

A aquisição de competências requeridas na formação do Graduado em Educação Física deverá ocorrer a partir de experiências de interação teoria e prática, em que toda a sistematização teórica deve ser articulada com as situações de intervenção profissional e que todas as experiências de intervenção profissional sejam balizadas por posicionamentos reflexivos com consistência e coerência conceitual. As competências não podem ser adquiridas apenas no plano teórico, nem no estritamente instrumental. É imprescindível, portanto, que haja coerência entre a formação oferecida, as exigências práticas esperadas do futuro profissional e a necessidade de emancipação humana.

Ressalte-se que o nosso pressuposto, identifica-se com uma concepção de currículo compreendido como processo de formação da competência humana histórica. Sendo assim, competência é, sobretudo, a condição de refazer permanentemente nossa relação com a sociedade e a natureza, usando como instrumento o conhecimento inovador e emancipatório gerado e aprimorado através do exercício de diversificadas habilidades.

Nessa perspectiva, a formação do Bacharel em Educação Física deve privilegiar competências e habilidades que constroem e validam os conhecimentos da área - tais como:

Competências gerais

- Cultura científica de base em ciências humanas, sociais e biológicas de modo a contribuir para formação humana emancipatória, para a adequação e o enriquecimento da intervenção profissional ética, bem como para possibilitar que o movimento humano, tematizado nas manifestações clássicas e emergentes da Educação Física, seja compreendido e analisado a partir da articulação das suas dimensões política, pedagógica e sociocultural;
- Capacidade para analisar reflexivamente e para intervir eticamente nas situações do seu cotidiano profissional, a partir de uma atitude crítica reflexiva identificada com os ideais e valores de uma sociedade democrática;
- Dominar os conhecimentos clássicos e essenciais relacionados à cultura geral e à formação específica que são objetos das atividades humana e profissional, adequando-os às necessidades de emancipação sociocultural dos seres humanos e ao desenvolvimento democrático da sociedade;
- Assumir uma atitude crítico-reflexiva sobre os resultados de pesquisa para a adequação e o aprimoramento das intervenções humana e profissional em prol da consecução dos objetivos específicos e de formação sociocultural planejados para o público alvo e a sociedade em geral;
- Compreender e dominar o processo de intervenção profissional nos campos de trabalho relacionados à tradição da área e nas suas relações com o contexto no qual estão inseridos;
- Resolver problemas concretos da prática profissional e da dinâmica das instituições afins, zelando pela aprendizagem e pelo desenvolvimento das pessoas;
- Considerar criticamente as características, interesses e necessidades das pessoas nos momentos de planejamento, aplicação e avaliação dos programas de intervenção profissional;
- Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática profissional; compreender as implicações sociocultural, política, econômica e ambiental da sua intervenção profissional de modo a agir de forma deliberada, adequada e ética;
- Demonstrar capacidade de lidar crítica e autonomamente com a literatura pertinente e atualizada e com os diversos tipos de produção dos conhecimentos afins, reconhecendo a transitoriedade dos mesmos;
- Fazer uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir e compartilhar com as fontes de produção e difusão de conhecimentos e de tecnologias, bem como para qualificar a intervenção profissional;
- Demonstrar liderança na relação com as pessoas, clareza, adequação e objetividade nas formas de comunicação escrita, verbal e não-verbal e desenvoltura no fazer didático, de modo a conduzir adequadamente sua atividade profissional;
- Possuir capacidade de argumentação de modo a saber justificar e articular sua visão de mundo e sua prática profissional, bem como balizar sua intervenção profissional à luz das teorias produzidas a partir dos campos de conhecimento específicos e afins;

Competências Específicas

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática;
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do

exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando à formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável;

- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados à atividade física, recreativa e esportiva, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar sua prática;
- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros;
- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas. (Resolução CNE/CES 07/2004);
- Conhecer, dominar, produzir, selecionar e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades física, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Acompanhar as transformações acadêmico-científica da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional. Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

2.1.7. Estrutura Curricular

O curso de Educação Física da IES tem toda sua estrutura curricular baseada na formação e informação de habilidades acadêmicas e profissionais, que preparam seus alunos para atuarem como agentes conscientes e capazes de provocarem mudanças significativas na sociedade e no quadro atual da Educação Física no Brasil, respaldados por um embasamento sócio histórico, crítico e reflexivo que pretende contribuir para uma transformação significativa da realidade profissional.

A estrutura curricular do curso de Graduação em Educação Física segue as orientações da Resolução CNE/CES 7/2004 e Parecer CNE/CES 0058/2004, da Resolução 7/2007, do Parecer 213/2008, todos respaldados pela Lei 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Na Resolução 7/2004, as indicações do artigo 7 subsidiam a organização curricular prevista no curso de Graduação em Educação Física da IES, que se prevê articulando as “unidades de

conhecimentos de formação específica e ampliada definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar” a saber:

§ 1º A Formação Ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento:

- a) Relação ser humano-sociedade;
- b) Biologia do corpo humano;
- c) Produção do conhecimento científico e tecnológico.

§ 2º A Formação Específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões:

- a) Culturais do movimento humano;
- b) Técnico-instrumental;
- c) Didático-pedagógico.

Em relação ao tempo mínimo de integralização do curso de graduação em Educação Física, com base no art. 9º da Resolução 7/2004 que indica que haverá definição em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação, a qual até o presente não foi homologada - Elegemos o Parecer 213/2008 que define a carga horária como orientação e partindo do mínimo de 3.200 horas estabelecido no Parecer para os cursos da Saúde e especificamente para o da Educação Física.

Definiu-se como tempo mínimo de integralização do curso de Graduação em Educação Física: 3.840 horas realizados em 8 semestres letivos mínimos.

Definido o tempo de 3.840 horas para integralização do curso, tendo como base o art. 10 da Resolução 07/2004, redefine-se o mínimo, desdobrado em atividades que garantam a indissociabilidade teoria-prática, indicadas por meio da prática como componente curricular, estágio curricular e atividades complementares, configurando a estrutura curricular do curso na Matriz curricular com as respectivas cargas horárias:

- 3.240 horas: Conhecimentos específicos e ampliados (das quais aproximadamente 15% são previstas como carga horária de prática como componente curricular)
- 400 horas: Estágio Supervisionado
- 200 horas: Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC (atividades complementares ao conhecimento específico e ampliado do curso)

Vale ressaltar, que a oferta de disciplina Libras na IES atende ao Decreto n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Ela é disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura e optativa nos demais cursos.

2.1.7.1. Formas de Realização de Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é entendida como esforço que busca a visão global como superação do pensar simplificador e fragmentador da realidade, como forma de administrar a ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática.

Através da integração disciplinar possibilita-se análise dos objetivos de estudo de diversos prismas, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)criação do conhecimento. Para tanto, a interdisciplinaridade será mobilizada através dos seguintes processos ou eventos:

- Palestras interdisciplinares;
- Visitas Técnicas de caráter abrangente e multidisciplinar, permitindo ao aluno visualizar a interdisciplinaridade entre os vários conceitos do curso expostos nas visitas;
- Readequação dos métodos de aula, orientando os professores para que a matéria seja abordada integrando conceitos interdisciplinares;

- Aulas de laboratório com ensaios que mobilizem testes de natureza interdisciplinar.

2.1.8. Conteúdos Curriculares

A definição da matriz curricular levou em consideração o perfil do curso, observando a seleção de conteúdos apropriados, atualizados e relevantes, as competências e as habilidades, acima mencionadas, a serem desenvolvidas para se obter o referido perfil, e também as seguintes necessidades:

- preparação dos alunos para o mundo do trabalho;
- atendimento às novas demandas econômicas e de emprego;
- formação para a cidadania crítica;
- preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade;
- formação para o alcance de objetivos comprometidos com a sintonia entre o desenvolvimento pessoal e profissional;
- preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos que priorizam a formação de pessoas, reconhecendo a educação como processo articulador/mediador indispensável a todas as propostas de desenvolvimento regional sustentável a médio e longo prazos; e
- propiciar formação ética, explicitando valores e atitudes por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças culturalmente contextualizadas.

A atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física tem por objetivo adequar o Curso frente às evoluções tecnológicas, às mudanças ocorridas na LDB 9394/96, bem como a demanda definida pelo mercado de trabalho. Além de corrigir divergências observadas quanto à ordem de algumas disciplinas na estrutura curricular e ajustá-lo às Diretrizes Curriculares específicas e os documentos institucionais.

2.1.8.1. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, a IES incluiu nas matrizes curriculares de seus cursos o tratamento das relações étnico-raciais, bem como o das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, na disciplina Homem e Sociedade por meio da disciplina optativa Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência.

Desta forma, promove a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem os alunos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas, preservando desta forma, o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Adicionalmente, é oferecida a disciplina optativa Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência.

2.1.8.2. Políticas de Educação de Ambiental

A Instituição promove na sua Matriz Curricular a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente, na disciplina Ciências Sociais, por meio da disciplina optativa Educação Ambiental e, principalmente, nas Atividades Práticas Supervisionadas, Estudos Disciplinares e Atividades Complementares.

Princípios básicos da educação ambiental:

- o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

- II. a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III. o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI. a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII. o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Objetivos fundamentais da educação ambiental:

- I. o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II. a garantia de democratização das informações ambientais;
- III. o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV. o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V. o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do país, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI. o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII. o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

2.1.8.3. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino dos Direitos Humanos

Conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012 a IES, atendendo ao disposto na nova legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do artigo 3º da Portaria MEC nº 4.361/2004, de 29 de dezembro de 2004, e conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, e Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012, a IES formulou sua política de inclusão social, incluindo o respeito aos Direitos Humanos, de forma articulada e transversal. Desta forma, promove diálogos e debates que conduzam ao pensamento crítico e a análise sistêmica sobre o futuro da humanidade e prol da justiça econômica e social. A questão dos Direitos Humanos é trabalhada na disciplina Homem e Sociedade e na disciplina optativa "Direitos Humanos". Além disso, o tema também é abordado nas Atividades Complementares.

A IES também pretende oportunizar um espaço de reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais e escolares fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos e fazendo parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades sociais como Direitos Humanos Universais.

2.1.8.4. O Curso e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

De acordo com o disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação infantil até a educação superior, a IES designou Comissão para elaborar um regulamento específico de atendimento aos estudantes matriculados que apresentarem transtorno do espectro autista, de acordo com o disposto na Lei nº 12.764/2012, regulamentada pelo Decreto 8.368 / 2014. Esse regulamento foi submetido à aprovação do Conselho Acadêmico da IES, foi criado o **Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico – NAAP**, cujo regulamento encontra-se à disposição.

Os objetivos gerais do NAAP da FAECE são:

- I- Auxiliar a pessoa com Transtorno do Espectro Autista na qualidade de aluno da IES em sua integração ao contexto universitário por meio de uma ação política, cultural, social e pedagógica que favoreça a igualdade e a diferença como valores indissociáveis.
- II- Realizar aconselhamento psicológico e/ou atendimento psicopedagógico a partir da identificação de urgências subjetivas (diferentes condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras) desse aluno em seu processo ensino-aprendizagem, propiciando um posicionamento relacional e institucional adequado com vistas à superação da situação e possível encaminhamento para profissionais e serviços especializados, se necessário.
- III- Apoiar e orientar o corpo docente, em conjunto com os setores acadêmicos da instituição, definindo estratégias didático-pedagógicas específicas que assegurem o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil do egresso do Curso, a partir do reconhecimento das características desse aluno no processo ensino aprendizagem.
- IV- Acompanhar as práticas educacionais realizadas pelos professores para orientar o processo de “integração instrucional” por meio do esclarecimento e reflexão acerca dos padrões heterogêneos de participação e aprendizagem desse aluno.
- V- Assessorar a gestão do Coordenador de Curso no campus em consonância com a política de ensino e atenção ao aluno, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), realizando orientações no que se referem à aplicação do currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as necessidades desse aluno.
- VI- Orientar a Instituição de Ensino no que se refere à construção de sistemas educacionais inclusivos decorrentes de uma mudança estrutural e cultural dos relacionamentos interpessoais e instrucionais, que demandam recursos de tecnologia da informação e da comunicação para que todos os alunos tenham as suas especificidades educacionais atendidas.
- VII- Efetivar levantamento a partir dos dados coletados nas atividades realizadas de atendimento pelo NAAP, no sentido de avaliar a implantação e o acompanhamento das ações e encaminhar relatório à direção acadêmica com o objetivo de auxiliar a compreensão do perfil desse aluno, suas dificuldades e possíveis intervenções. O relatório previsto neste item trata-se apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

VIII- Participar de reuniões institucionais que promovam a atenção integral à deficiência do Transtorno de Espectro Autista por meio de orientações específicas.

Portanto, entendem-se que o NAAP da FAECE atua principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns e na questão da promoção da acessibilidade, capacitando funcionários técnico-administrativos, professores e coordenadores de curso para o atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e traçando diretrizes em conjunto com a comunidade acadêmica no sentido de contribuir com orientações e apoio acerca de adaptações metodológicas e de processos avaliativos, tendo em vista a inclusão plena dos alunos com Transtorno do Espectro Autista, conforme Política de Acessibilidade da FAECE.

2.1.8.5. O Curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Libras

A oferta de disciplina Libras atende ao Decreto n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Ela é disciplina optativa na matriz curricular do curso.

2.1.9. Matriz Curricular

Segundo o PPI, a definição da matriz curricular leva em consideração o perfil desejado para o Curso de Educação Física, observando a seleção de conteúdos apropriados, atualizados e relevantes, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas para se obter o referido perfil.

Os componentes curriculares do PPC primam não só pelo ensino de conteúdo, mas também pelo desenvolvimento de competências e habilidades na formação do profissional, dando condições para o exercício pleno da cidadania, pautado em princípio éticos, com capacidade crítico-reflexiva, sobre a realidade econômica, política, social e cultural. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED), as Atividades Práticas Supervisionadas (APS).

Sendo assim, o PPC foi construído de forma permanente, avaliando constante e periodicamente as atividades realizadas, constituindo novos desafios para o Corpo Docente e Coordenação do Curso. Nesta perspectiva, novos projetos de ações e os componentes curriculares que integram o plano curricular, devem ser implementados, após criteriosas análises e discussões em conjunto, para que se possa fomentar o grau de qualidade do Ensino desejado pela IES. Torna-se visível, pois, nas projeções feitas pelo corpo docente do Curso de Graduação Plena em Educação Física, a preocupação colegiada com um ensino atualizado, em conformidade com as novas tendências educacionais, segundo as novas Diretrizes Curriculares.

O Curso de Bacharelado em Educação Física da IES pretende articular as dimensões da prática, a partir do que prevê a Lei de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), designada e regulamentada no ensino superior de graduação plena, a partir da Resolução CNE/CES 7/2004.

A prática pedagógica está vinculada à prática acadêmica que por sua vez é oportunizado pela prática docente/discente e deverá estar vinculada à intervenção profissional do professor de educação física no âmbito educacional, sendo uma dimensão prática do curso que se promoverá através das vivências e aproximações da atuação profissional e da interação e mediação com a fundamentação dos conhecimentos da dimensão teórica do curso num processo dinâmico e contínuo que favoreça a profissionalização docente (CAMPOS, 2006).

Tal prática, assim compreendida e assumida no curso de Educação Física da IES, abrangerá seus componentes curriculares: a prática como componente curricular, o estágio supervisionado e as atividades acadêmico-científico-culturais como atividades acadêmicas que serão oportunizadas, vivenciadas e refletidas no processo de ensino-aprendizagem no decorrer do curso se constituindo como prática reflexiva. Uma prática reflexiva que depende da articulação da vivência com conhecimentos de conteúdo específicos nas disciplinas previstas na matriz fazendo valer a indissociabilidade teoria e prática em consonância a Res. CNE/CES 7/2004.

Dessa forma, a prática pedagógica no curso de Graduação Plena em Educação Física é reconhecida como prática reflexiva de docentes e discentes no processo que favorece continuamente a profissionalização do educador físico, onde formadores reflexivos favorecem a formação de futuros profissionais reflexivos.

Na Resolução CNE/CES 7/2004, não se institui a duração e a carga horária da prática como componente curricular para os cursos de Graduação em Educação Física, no entanto indica que é imprescindível realizá-la para favorecer a indissociabilidade teórico-prática conclamada pelas Diretrizes Curriculares, juntamente com o Estágio e as Atividades Complementares.

Compreende-se assim, que esta prática como componente curricular deve ser inserida em todas as disciplinas que compõe o curso, articulada à teoria, onde todos conteúdos curriculares, deverão ser planejados e estruturados para promover diferentes aplicações, em aula, que valorize a promoção da práxis, desde o primeiro semestre letivo.

As horas de prática como componente curricular serão previstas nos programas de ensino de cada disciplina que compõe a matriz considerando aproximadamente 15% da carga horária semanal a fim de serem desenvolvidas na situação de aula.

A prática como componente curricular está vinculada à intervenção profissional, sendo uma dimensão prática que se promoverá através da interação e mediação com a fundamentação dos conhecimentos da dimensão teórica do curso.

A matriz curricular proposta para o curso apresenta a seguinte distribuição de disciplinas e cargas horárias:

Sem	Disciplina (Nome Completo)	CH Semanal	Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Carga Horária Total
1	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS				80
1	ESTUDOS DISCIPLINARES				30
1	INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS	1.5	1.5		30
1	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	3	3		60
1	APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO MOTOR	3	3		60
1	CORPOREIDADE E MOTRICIDADE HUMANA	1.5	1.5		30
1	FILOSOFIA E DIMENSÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3		60
1	PRIMEIROS SOCORROS	1.5	1.5		30
1	BIOESTATÍSTICA	1.5	1.5		30
	TOTAL NO PERÍODO	15	15	0	410

2	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS				80
2	ESTUDOS DISCIPLINARES				30

2	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	1.5	1.5		30
2	RITMO E DANÇA	1.5		1.5	30
2	BIOLOGIA (CITOLOGIA)	3	3		60
2	RECREAÇÃO	3	1.5	1.5	60
2	ANATOMIA	3	1.5	1.5	60
2	GINÁSTICA GERAL	3	1.5	1.5	60
	TOTAL NO PERÍODO	15	9	6	410

3	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS				100
3	GENÉTICA APLICADA A ATIVIDADE MOTORA	1.5	1.5		30
3	ESTUDOS DISCIPLINARES				20
3	HOMEM E SOCIEDADE	1.5	1.5		30
3	BASQUETEBOL: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E APROFUNDAMENTOS	1.5		1.5	30
3	HANDEBOL: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E APROFUNDAMENTOS	1.5		1.5	30
3	BIOMECÂNICA	3	1.5	1.5	60
3	ANATOMIA DOS SISTEMAS	3	1.5	1.5	60
3	GINÁSTICA ARTÍSTICA	3	1.5	1.5	60
	TOTAL NO PERÍODO	15	7.5	7.5	420

4	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS				100
4	GESTÃO E TENDÊNCIAS EM ACADEMIAS	3	1.5	1.5	60
4	ESTUDOS DISCIPLINARES				20
4	CIÊNCIAS SOCIAIS	1.5	1.5		30
4	FUTEBOL: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E APROFUNDAMENTOS	3	1.5	1.5	60
4	FISIOLOGIA APLICADA À ATIVIDADE MOTORA	3	3		60
4	ATLETISMO: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E APROFUNDAMENTOS	4.5	1.5	3	90
	TOTAL NO PERÍODO	15	9	6	420

4	Língua Brasileira de Sinais (OPT)	1	1		20
4	Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência (OPT)	1	1		20
4	Educação Ambiental (OPT)	1	1		20
4	Marketing Pessoal (OPT)	1	1		20
4	Direitos Humanos (OPT)	1	1		20

5	ESTUDOS DISCIPLINARES				20
5	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS				100
5	BIOMECÂNICA APLICADA AO ESPORTE	4.5	1.5	3	90
5	METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO	1.5	1.5		30
5	VOLEIBOL: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E APROFUNDAMENTOS	3	1.5	1.5	60
5	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	3	1.5	1.5	60
5	MEDIDAS E AVALIAÇÕES	3	1.5	1.5	60
	TOTAL NO PERÍODO	15	7.5	7.5	420

6	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS				100
6	ESTUDOS DISCIPLINARES				20
6	EDUCAÇÃO FÍSICA NA TERCEIRA IDADE	1.5	1.5		30
6	MÉTODOS DE PESQUISA	1.5	1.5		30
6	NATAÇÃO: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E APROFUNDAMENTOS	3	1.5	1.5	60

6	LUTAS: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E APROFUNDAMENTOS	3	1.5	1.5	60
6	METODOLOGIA DO TREINAMENTO FÍSICO	1.5		1.5	30
6	AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	1.5	1.5		30
6	POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL	1.5	1.5		30
6	EDUCAÇÃO FÍSICA INTERDISCIPLINAR	1.5	1.5		30
	TOTAL NO PERÍODO	15	10.5	4.5	420

7	TCC	1.5		1.5	30
7	FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO	3	3		60
7	ESTUDOS DISCIPLINARES				20
7	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS				40
7	ERGONOMIA E GINÁSTICA LABORAL	3	1.5	1.5	60
7	TREINAMENTO PERSONALIZADO E MUSCULAÇÃO	3		3	60
7	EDUCAÇÃO FÍSICA INTEGRADA	1.5	1.5		30
7	EPIDEMIOLOGIA E SAÚDE PÚBLICA	1.5	1.5		30
7	NOÇÕES BÁSICAS DE FARMACOLOGIA	1.5	1.5		30
	TOTAL NO PERÍODO	15	9	6	360

8	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS – AACC				200
8	ATIVIDADE MOTORA APLICADA A POPULAÇÕES ESPECIAIS	3	3		60
8	ESTÁGIO CURRICULAR				400
8	TCC	1.5		1.5	30
8	PSICOLOGIA APLICADA AO ESPORTE	1.5	1.5		30
8	ESTUDOS DISCIPLINARES				20
8	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS				40
8	ORGANIZAÇÃO DE CAMPEONATOS E EVENTOS ESPORTIVOS	1.5	1.5		30
8	TÓPICOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL - EDUCAÇÃO FÍSICA	1.5	1.5		30
8	GINÁSTICA RÍTMICA	3	1.5	1.5	60
8	NUTRIÇÃO APLICADA AO ESPORTE	3	3		60
	TOTAL NO PERÍODO	15	12	3	960

2.1.10. Ementário e Bibliografias do Curso

As ementas e os programas dos componentes curriculares são atualizados periodicamente e estão adequados à concepção do curso. Os professores podem propor alterações dos conteúdos programáticos, contribuindo para o enriquecimento e atualização dos conteúdos ministrados.

A bibliografia indicada (Básica e Complementar) para os componentes curriculares do curso está plenamente adequada, atualizada e é relevante. Os professores têm autonomia para agregar obras que, pela sua didática e completude ou por sua relevância social e aspecto crítico, dentre outros fatores, são importantes para o aprendizado.

O ementário e sua respectiva bibliografia encontram-se no **Anexo 1** no final do presente documento.

2.1.11. Metodologia

O Projeto Pedagógico do curso de Graduação Plena em Educação Física deve incorporar, em seu contexto, o atendimento às Resoluções CNE/CES 07/2004, bem como garantir a identidade institucional, na forma de um programa unificado a formação profissional no contexto educacional que privilegia o processo de ensino-aprendizagem através de uma metodologia específica adotada no curso.

O termo “educação” deve ser entendido como uma prática pedagógica, social, histórica e política. Educar tem por natureza uma função social, no sentido que o processo educativo se dá no convívio de sujeitos que, na qualidade de seres eminentemente sociais, precisam construir, pela educação, os saberes (valores, atitudes, conhecimentos, comportamentos) necessários ao pleno exercício de sua cidadania, necessitando saber agir de modo ético.

O termo “formação de profissionais” é resultante da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pautada pela interdisciplinaridade e caracterizada como formação geral, garantindo o desenvolvimento de múltiplas competências.

Pensar ética e politicamente a formação de profissionais da saúde requer que se considere, em primeiro lugar, os protagonistas da intervenção técnica-profissional (o cliente/aluno e o profissional/professor), bem como as relações produzidas nessa dinâmica e por ela geradas.

É preciso oportunizar ao aluno de graduação em Educação Física, futuro profissional, como sujeito, experiências de convivência com o pensamento científico, isto é, com a ciência em vias de se fazer, para que incorpore na sua formação básica e profissional os princípios da atitude científica e o correspondente processo de investigação. Sendo assim, cabe ao professor do curso de Graduação em Educação Física a tarefa de transpor de forma didática o conhecimento cientificamente produzido para o âmbito do ensino, conferindo-lhe o status do saber educacional/profissional. Esse processo de transposição requer do docente, no mínimo, sensibilidade para: recortar do conhecimento disponível o que é pertinente para a situação de ensino; contextualizar esse recorte conforme o tempo/espaço de produção e segundo os objetivos de ensino; organizar e sistematizar esse recorte valendo-se, para isso, de diferentes linguagens e do uso adequado delas à situação enunciativa pressuposta pelo processo ensino-aprendizagem e planejar formas de tornar acessível ao aluno esse recorte, avaliando essa acessibilidade.

A ação do professor do curso comporta a responsabilidade pelo planejamento e pela organização das situações de aprendizagem. Ensinar deixa, portanto, de ser entendido como um processo de mera transmissão de conhecimentos, em que o professor expõe o conteúdo por ele organizado/sistematizado e ao aluno cabe receber esse conteúdo, numa atitude essencialmente passiva.

Ensinar passa a ser compreendido como um processo de interação entre professor e aluno e a busca de formas de ser e conviver, transferindo sua ênfase da oferta de informações para o desenvolvimento de processos mentais e competências, com vistas à construção do conhecimento.

Dentro desse contexto, fica claro que a escolha das metodologias de ensino-aprendizagem é de responsabilidade do professor, em consonância com as Diretrizes Curriculares do curso e sob supervisão das coordenações de curso e pedagógica da IES. Cada professor deve escolher as estratégias de ensino-aprendizagem mais adequadas aos conteúdos a serem desenvolvidos. Bem como buscar fazer com que suas estratégias de ensino-aprendizagem e de avaliação sejam, por si só, formas de desenvolvimento de competências dos alunos. Para tanto o que se requer dos professores é:

- Foco nos objetivos do curso e no perfil desejado do egresso e nas competências relacionadas;
- Foco nos objetivos da disciplina;
- Visão sistêmica (capacidade de ver a importância de sua disciplina, no conjunto das disciplinas do curso e a importância destas para os objetivos do curso e para realização do perfil desejado do egresso);
- Trabalho em equipe;
- Liderança (da classe) pela competência e pelo exemplo;
- Atualização;
- Atratividade das aulas com foco na otimização do aprendizado dos alunos.

Assim, uma vez que, a teoria é concebida não como um olhar definitivo sobre a realidade, mas apenas como um olhar sobre a realidade, a prática se constitui numa possibilidade de outras interpretações ou ressignificações dessa mesma “realidade”, o que conduz retroativamente a reformulações e reconstruções da própria teoria. Nesse sentido, articulação teoria/prática deixa de ser um processo instaurado artificialmente para configurar-se como um processo inerente e imante à construção de saberes do futuro profissional.

2.1.12. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC constitui-se numa atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação docente, cuja exigência é um requisito essencial, obrigatório e realizado individualmente para a integralização curricular.

O TCC é um dos requisitos obrigatórios para a conclusão do curso de graduação.

São objetivos do TCC:

- I - sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso.
- II -subsidiar o processo de ensino, contribuindo para a realimentação dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do currículo.
- III -garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional;

IV -possibilitar ao estudante o desenvolvimento de sua capacidade científica por meio de realização de experiência de pesquisa, inter-relacionando o aprendizado teórico à prática, dando-lhe condições para a publicação de artigos e trabalhos científicos.

Para a integralização da formação na Graduação Plena em Educação Física, o Trabalho de Curso está preconizado, sob a orientação acadêmica individual de um professor qualificado, no transcorrer do 7º e 8º semestres do Curso de Educação Física através das disciplinas chamadas Projeto Técnico Científico Interdisciplinare Produção Técnica Científica Interdisciplinar respectivamente.

Este trabalho individual é preferencialmente orientado por professores do Curso de Educação Física __ principalmente tendo-se como objetivo a interdisciplinaridade __, ou por outro professor de disciplinas básicas, a critério do Coordenador de Curso, respeitando-se a potencialidade e autonomia intelectual de cada estudante.

Enfim, o Trabalho de Conclusão de Curso deve ser entregue na forma impressa em espiral, de acordo com as normas bibliográficas preconizadas e aceitas pela comunidade acadêmica (ABNT), na forma de artigo científico, no qual será apresentado perante Banca Examinadora durante a Jornada Científico Acadêmica do Curso de Educação Física da IES que ocorrerá em todo mês de outubro ou novembro de acordo com o calendário escolar (Vide **Anexo 2**).

2.1.13. Estágio Supervisionado

O Curso de Educação Física da IES busca operacionalizar a transição da formação inicial à prática profissional através de diferentes formas e locais de estágio, objetivando que os acadêmicos tomem contato com o conhecimento e com as diversas opções de serviço junto ao mercado de trabalho, com a devida orientação/supervisão tanto no campo de atuação quanto na própria instituição.

O estágio curricular é aquele que envolve o acadêmico de Educação Física, regularmente matriculado e com efetiva frequência, a desenvolver atividades obrigatórias diante da carga horária estipulada para a integralização do curso, visando a melhoria da sua qualificação e competência acadêmica e pré-profissional.

2.1.13.1 Normas e Diretrizes

O Curso de Educação Física da IES pretende habilitar seus alunos em Graduação Plena em Educação Física, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela Resolução CNE/CES 7/2004, das quais, se define em seu Artigo 10, § 2º a seguinte referência:

O estágio profissional curricular representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso.

Seguindo a Diretriz se estabelece que o estágio no curso de Graduação em Educação Física, somente poderá ser iniciado a partir da segunda metade do curso, ou seja, do quinto semestre letivo.

O estudante com disciplina(s) reprovada(s) não está habilitado para cursar o Estágio. A matrícula na disciplina Estágio, para estudantes em regime de progressão tutelada, ficará condicionada ao plano de estudo conforme o Regimento da IES.

2.1.13.2 Carga Horária

A carga horária de 400 horas previstas de estágio obrigatório deve ser realizada em sua totalidade *in loco*, devendo ser cumprida nos campos de atuação da Saúde, Esporte e lazer, concernentes a formação específica de Graduação em Educação Física.

As atividades de orientação dos estágios são de responsabilidade do Coordenador de Curso e acontecerão no dia e em horário determinado por este, no período pós-aula para o turno da manhã e no período pré-aula para o turno da noite.

O aluno é esclarecido pelo Coordenador do Curso sobre a obrigatoriedade da realização do estágio, por exigência legal, e quanto sua postura ética, durante todo o estágio. Todo o material destinado à realização e validação do estágio curricular supervisionado, estão disponíveis para os alunos na secretaria da FAECE e na Coordenação do Curso. O aluno tem garantido Seguro contra acidentes pessoais através da Apólice de Seguro que se renova semestralmente.

A cada semestre letivo o aluno deverá validar/assinar suas horas de estágio ficando de posse das fichas, as quais ficarão sob sua responsabilidade até sua conclusão. As fichas só deverão ser retidas pelo coordenador no 8º semestre do curso, quando da realização do relatório conclusivo e finalizado o preenchimento das fichas, concluindo às 400 horas de estágio.

As atividades de estágio realizadas no decorrer dos semestres, dentro ou fora da instituição servirão como material de reflexões e análises nos encontros dos alunos e professores em aula nas disciplinas. Assim, espera-se que a cada semestre letivo, nas diferentes disciplinas da grade possam ser oportunizadas dinâmicas de reflexões que visam ampliar o conhecimento do aluno sobre o universo de atuação profissional. O estágio passa a ser considerado não apenas como um momento de experiência e vivência profissional, mas como campo de conhecimento.

Os alunos que, eventualmente, não conseguirem atingir os objetivos propostos e não concluírem os estágios supervisionados até o oitavo semestre do curso, ficarão retidos, devendo cumprir essas horas no prazo máximo de dois anos. A normatização geral do Estágio encontra-se disposta no Regulamento de Estágio Curricular – **Anexo3**.

2.1.13.3 Prática como componente curricular

A prática como componente curricular deverá ser contemplada no projeto pedagógico, sendo vivenciada em diferentes áreas de aplicação acadêmico-profissional.

Portanto, na Resolução 7/2004, não se encontra nenhuma indicação específica à carga horária da prática como componente curricular. O que, nos levou a adotar a indicação de se promover quatrocentas horas (400h) de prática como componente curricular previstas nos programas de ensino de cada disciplina que compõe a matriz, a fim de serem desenvolvidas na situação de aula, a qual deverá ser realizada desde o sexto semestre do curso.

Esta prática como componente curricular deve ser prevista como atividades específicas que aproximem o aluno do universo de intervenção profissional, sendo indicadas nos planos de ensino e em diários de classe como conteúdo de ensino.

Durante o andamento das atividades acadêmicas, alunos e professores devem discutir e avaliar o desenvolvimento dessa dimensão prática nas atividades previstas e realizadas em todas as

disciplinas, gerando aproximações da atuação docente, novas propostas e caminhos para superação das dificuldades encontradas.

A prática como componente curricular se vincula à intervenção profissional, sendo uma dimensão que se promoverá através da interação e mediação com a fundamentação dos conhecimentos da dimensão teórica do curso numa perspectiva de prática reflexiva.

2.1.14. Atividade Acadêmico-Científico-Culturais- AACC

Durante o Curso de Graduação Plena em Educação Física o aluno deverá cumprir uma carga horária de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC). Estas atividades deverão ser implementadas no decorrer do curso, onde se define mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e outras modalidades, conforme indicado pela Resolução N° 7/2007, que altera o § 3° do Art. 10 da Resolução CNE/CES N° 7/2004 conferindo-lhe a seguinte redação:

§ 3º As atividades complementares possibilitam o aproveitamento, por avaliação, de atividades, habilidades, conhecimentos e competências do aluno, incluindo estudos e práticas independentes, realizadas sob formas distintas como monitorias, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos.

I As atividades complementares podem ser desenvolvidas no ambiente acadêmico ou fora deste, especialmente em meios científicos e profissionais e no mundo do trabalho.

II As atividades complementares não se confundem com o estágio curricular obrigatório.

III Os mecanismos e critérios para avaliação e aproveitamento das atividades complementares devem estar definidos em regulamento próprio da instituição.

Estas atividades poderão ser indicadas para serem realizadas, conferidas e validadas no decorrer dos referidos semestres. Para que estas horas sejam atribuídas faz-se necessário o preenchimento da Ficha de Atividades Complementares, bem como a apresentação dos documentos comprobatórios e um relatório por atividade.

O objetivo deste programa é propiciar aos alunos vivências, conceitos e teorias vistos ao longo do curso de graduação. Incentivar a pesquisa como instrumento da busca de conhecimento e construção do saber desenvolvendo a responsabilidade do aluno de formar o seu próprio conhecimento independentemente do estudo formal. A partir desta perspectiva, o programa de Atividades Complementares constitui-se em um instrumento de capacitação profissional.

As Atividades Complementares (que no curso de Educação Física denominadas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais) são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão na comunidade.

Alguns dos **objetivos gerais** a serem alcançados com a introdução das Atividades Complementares nos Projetos Pedagógicos dos Cursos da FAECE são:

- Complementar a formação profissional, cultural e cívica do aluno pela realização de atividades extracurriculares obrigatórias, presenciais ou à distância.
- Contribuir para que a formação do futuro egresso seja generalista, humanista, crítica e reflexiva.
- Despertar o interesse dos alunos para temas sociais, ambientais e culturais.
- Estimular a capacidade analítica do aluno no estudo e na avaliação de situações novas.
- Auxiliar o aluno na identificação e resolução de problemas, com uma visão ética e humanista.
- Integrar alunos de cursos distintos e ampliar o propósito de seus interesses.
- Incentivar o aluno na participação de projetos e ações sociais.
- Promover situações que exijam posturas de tomadas de iniciativas e revelem o espírito empreendedor dos alunos.
- Dispor o conhecimento e a vivência acadêmica com as comunidades externa e interna.

Portanto, o objetivo deste programa é propiciar aos alunos vivências, conceitos e teorias vistos ao longo do curso de graduação. Incentivar a pesquisa como instrumento da busca de conhecimento e construção do saber desenvolvendo a responsabilidade do aluno de formar o seu próprio conhecimento independentemente do estudo formal. A partir desta perspectiva, o programa de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais constitui-se em um instrumento de capacitação profissional.

Instrumento de Avaliação

O aluno executa registros das Atividades Complementares em ficha específica da FAECE na qual descreve a atividade, a data e o tempo utilizado para desenvolvê-la. São solicitados comprovantes da presença do aluno nos eventos relatados e/ou resumos e resenhas a fim de que este expresse suas opiniões, bem como a entrega de listas e tarefas propostas. Os objetivos, critérios, sugestões e orientações sobre as Atividades Complementares e a divulgação de eventos internos e externos são disponibilizados no quadro de avisos do curso. O Coordenador analisa as informações citadas nas fichas de Atividades Complementares, assim como os documentos anexos e relata sua avaliação. A FAECE incentiva a realização de tais atividades por meio de programa regular de oferta elaborado anualmente pela Coordenação de Curso, que deve basear-se no Regulamento das Atividades Complementares da Instituição (Anexo 4).

Atividades de Extensão Comunitária

As atividades de Extensão Comunitária são atividades que visam a integração do aluno e da Instituição com a comunidade em questões ligadas à cidadania, saúde, educação, etc. São consideradas Atividades de Extensão Comunitária, entre outras, Cursos oferecidos pela Coordenação de Curso, atendimentos extracurriculares nos serviços oferecidos pela FAECE.

Atividades Culturais e Esportivas

As atividades Culturais e Esportivas são atividades que visam o desenvolvimento do aluno inserindo-o em sua cultura e desenvolvendo sua participação social. As atividades culturais e esportivas abrangem participação em exposições, feiras, eventos cinematográficos, peças teatrais, coral, competições esportivas, etc.

Atividades de Estudo e Pesquisa

As atividades de Estudo e Pesquisa são atividades de estudo e pesquisa a autoria ou coautoria de trabalhos apresentados em eventos científicos, publicações, relatórios de pesquisa, apoio ao

docente pesquisador da FAECE, iniciação Científica, participação em seminários, simpósios e congressos, grupos de estudo e exercícios on-line.

Atividades Extracurricular

As atividades Extra campos são atividades desenvolvidas fora da FAECE abrangem cursos, palestras, conferências, workshops, visitas ligadas à área de abrangência do curso, ou qualquer outra atividade de cunho pedagógico, definidas pelo coordenador do curso que sejam de interesse do aluno.

Atividades Internas

As Atividades Internas são atividades desenvolvidas na FAECE, tais como palestras, seminários, conferências, cursos, semanas, jornadas, encontros, feiras, simpósios, congressos, workshops.

Programa de Monitoria

A Monitoria é considerada “Atividade Complementar”. A mesma possibilita a experiência da vida acadêmica promovendo a integração de alunos de períodos (semestres) mais avançados com os demais, a participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas do curso, além de treinamento em atividades didáticas. Os monitores são selecionados semestralmente e os aprovados recebem um certificado que comprova as horas dedicadas à atividade. As normas de monitoria estão definidas no Regulamento de Monitoria da FAECE (**Anexo 5**). O professor da disciplina orienta e supervisiona as atividades de seus monitores. Por ser estudante de graduação, o monitor não substitui o professor da disciplina.

2.1.15. Atividades Práticas Supervisionadas

As Atividades Práticas Supervisionadas – APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, realizadas pelos discentes, vinculadas a disciplinas nos (08) oito períodos letivos. Trata-se de estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outros. As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento. As normas das Atividades Práticas Supervisionadas estão definidas no Regulamento de APS (Vide Regulamento no **Anexo 6**).

2.1.16. Estudos Disciplinares

Os Estudos Disciplinares – ED são atividades de caráter obrigatório nos cursos de graduação da IES, funcionando como um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos. São objetivos dos ED:

- Prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas típicos de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida que ele progride em sua formação;
- Ampliar nos períodos iniciais do Curso, os conhecimentos dos alunos sobre os conteúdos curriculares de formação geral;
- Suprir eventuais deficiências da formação no Ensino Médio;
- Proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento e o mundo real.

Nos EDs são utilizadas resoluções sistemáticas de exercícios, criteriosamente elaborados pelo Coordenador do Curso em conjunto com Líderes de Disciplinas, como indutor do

desenvolvimento das competências e habilidades para lidar com situações-problemas típicas da sua área de formação. Vide Regulamento no **Anexo 7**.

2.1.17.Mecanismo de Avaliação

2.1.17.1 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem será contínua e se concretizará de acordo com a programação didática do curso.

Conforme dispõe seu Regimento, o Instituto adota os critérios a seguir transcritos para a avaliação do rendimento escolar de seus alunos:

Art. 65. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de verificações parciais e exames, expressando-se o resultado de cada avaliação em notas de zero a dez.

Art. 66. São atividades curriculares as preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, excursões, atividades culturais e esportivas e estágios, inclusive os realizados em unidade avançada, provas escritas e orais e previstas nos respectivos planos de ensino.

Parágrafo único. O Professor, a seu critério ou a critério do Coordenador de curso, obedecidos os limites definidos pelo Conselho Acadêmico, pode promover trabalhos, exercícios, provas e outras atividades em classe ou extraclasse.

Art. 67. A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento.

§ 1º Cabe ao docente a atribuição de nota de avaliação para as atividades curriculares, com peso 6 na composição da nota semestral de cada disciplina, ou, a critério do Conselho Acadêmico, poderão ser outorgadas duas avaliações, cujas notas terão peso 3 na referida composição. Cabe ao docente, também, a supervisão do controle de frequência dos alunos.

§ 2º Será aplicada, pelo menos uma vez por semestre, uma prova integrada composta de questões relativas a cada uma das disciplinas que estiverem sendo ministradas no período letivo, podendo, se necessário, sua aplicação ser feita em mais de um dia.

§ 3º As provas integradas terão peso 4 no cálculo da média semestral de cada disciplina e, a critério do Conselho Acadêmico, poderá outorgar uma nota média comum a todas as disciplinas e/ou uma nota específica para cada disciplina.

§ 4º A prova integrada, a critério do Conselho Acadêmico, poderá ser aplicada duas vezes no semestre, cada uma delas com peso 2.

§ 5º A prova integrada ainda poderá ser utilizada para avaliar a disciplina integrada descrita nos parágrafos 3º, 4º e 5º do art. 34, a critério do Conselho Acadêmico.

§ 6º A prova integrada será elaborada com a participação do Coordenador Pedagógico, do Coordenador de curso, de especialistas e de docentes das disciplinas integrantes e será aplicada após a aprovação do Diretor do Instituto.

§ 7º É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo Professor, por ocasião da execução dos trabalhos, das provas parciais, dos exames ou de qualquer outra atividade que resulte na avaliação do conhecimento por atribuição de nota, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por este ato de improbidade.

Art. 68. O aluno pode requerer, dentro dos prazos estipulados, revisão de prova ou exame escrito definidos no Calendário Escolar.

Art. 69. A Direção do Instituto, em conjunto com a Coordenação Pedagógica, elabora e encaminha ao Conselho Acadêmico, para aprovação, as normas que definem formas e critérios para:

I - aplicação de exames;

II - possível realização de período de recuperação;

- III - apuração das médias parciais e finais de aproveitamento;
- IV - aplicação de provas especiais em segunda chamada e revisão de prova;
- V - estruturação e coordenação de estágios supervisionados; e
- VI - arredondamento de médias finais, desde que obedecido o máximo de cinco décimos.

Parágrafo único. As normas entram em vigor no período letivo seguinte ao de sua aprovação, ou imediatamente, se não acarretarem prejuízo à vida escolar do aluno.

Art. 70. O aluno somente poderá ser aprovado e/ou prestar exames com o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas e demais atividades programadas para a disciplina.

Art. 71. Os critérios de promoção, envolvendo simultaneamente a frequência e o aproveitamento escolar, são os seguintes:

I - se a frequência do aluno for inferior a 75% (setenta e cinco por cento), ele estará reprovado na disciplina. Em caso contrário, serão considerados os resultados das avaliações realizadas de acordo com o previsto no art. 67 e seus parágrafos.

II - Se a média semestral for maior ou igual a 7,0, o aluno estará aprovado na disciplina;

III - Se a média semestral for menor que 7,0, o aluno será submetido a exame.

IV - Após o exame, a média para aprovação na disciplina será a média aritmética simples entre a média anterior do semestre, calculada de acordo com o art. 67 e seus parágrafos, e a nota do exame.

V - Se a média referida no inciso anterior for maior ou igual a 5,0, o aluno estará aprovado na disciplina. Em caso contrário, estará reprovado ou poderá, a critério do Conselho Acadêmico, ser submetido a uma avaliação especial.

VI - Mantida a reprovação, mesmo após a realização da avaliação especial, se concedida, o aluno ficará sujeito ao regime de dependência na disciplina.

§ 1º O aluno que deixar de comparecer a uma prova poderá, a critério do Coordenador de curso, substituí-la por nova prova ou pelo exame.

§ 2º Os casos omissos serão analisados por uma comissão especialmente indicada pelo Conselho Acadêmico.

§ 3º O desempenho do aluno é avaliado numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), com aproximação de até 0,5 (cinco décimos).

§ 4º A recuperação poderá ter duração variável, dependendo da disciplina, e poderá, inclusive, estender-se por um semestre ou mais, a critério do Conselho Acadêmico.

§ 5º O exame e/ou a avaliação especial, exceção feita àqueles dos antepenúltimo e último períodos (semestres) letivos, a critério do Conselho Acadêmico, poderão ser realizados em épocas especiais, após recuperação.

§ 6º O aluno, em casos especiais e depois de ouvida a Coordenação do curso, poderá ser autorizado a realizar o exame e/ou a avaliação especial em períodos distintos daquele determinado para os alunos de sua turma.

§ 7º A critério do Conselho Acadêmico, poderá ser incorporado às normas vigentes o conceito de aproveitamento médio global do semestre, que é determinado pela média aritmética das médias semestrais das disciplinas cursadas no semestre regular, excetuando-se adaptações, dependências ou tutorias.

§ 8º O lançamento da nota de aproveitamento médio global obedecerá ao critério de arredondamento do valor obtido para o meio ou inteiro imediatamente superior.

RENDIMENTO ESCOLAR

A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, conforme as atividades curriculares, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento. Assim, o aluno somente poderá ser aprovado e/ou prestar exames com o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas e demais atividades programadas para cada disciplina.

Cabe ao professor a atribuição de duas notas de avaliação (NP1 e NP2) para as atividades curriculares, com pesos iguais na composição da Média Semestral (MS) de cada disciplina. Assim: $MS = (NP1 + NP2) / 2$.

CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO

Os critérios de promoção, envolvendo, simultaneamente, a frequência e o aproveitamento escolar, são os seguintes:

- Se a frequência do aluno for inferior a 75% (setenta e cinco por cento), ele estará reprovado na disciplina. Em caso contrário, serão considerados os resultados das avaliações realizadas de acordo com o previsto no parágrafo anterior.
- Se a média semestral (MS) for igual ou maior que 7,0 (sete), o aluno estará aprovado na disciplina, naquele semestre, com média final igual à MS.
- Se a MS for menor que 7,0 (sete), o aluno será submetido a um exame, quando lhe será atribuída a nota EX.
- Após o exame, a média final (MF) da disciplina será a média aritmética simples entre MS e EX. Assim: $MF = (MS + EX) / 2$.
- Se a MF for igual ou maior que 5,0 (cinco), o aluno estará aprovado na disciplina.
- Se a MF for menor que 5,0 (cinco), o aluno estará reprovado na disciplina ou poderá, a critério do Conselho Acadêmico, ser submetido a uma avaliação especial.
- Mantida a reprovação, mesmo após a realização da avaliação especial, se concedida, o aluno ficará sujeito ao regime de dependência na disciplina.
- O aluno que deixar de comparecer a uma prova poderá, a critério do Coordenador de curso, substituí-la por nova prova ou pelo exame.
- Nas disciplinas cursadas em regime de Dependência, Adaptação ou Antecipação e nas disciplinas optativas ou eletivas serão considerados os mesmos critérios das disciplinas regulares para o cálculo da MF.
- O aluno reprovado em período letivo que não seja oferecido no semestre seguinte deverá matricular-se em período indicado pela Coordenação do curso.
- Cabe à Comissão de Qualificação e Avaliação de Cursos (CQA), quando for o caso, acompanhar, avaliar e validar as avaliações de aprendizagem, podendo realizar, em qualquer momento do curso, Avaliação Geral de Curso (AGC). Nesse caso, a nota dessa avaliação, que será designada por AG, passará a compor, juntamente com as notas do professor (NP1 e NP2), a média semestral (MS) de cada disciplina, da seguinte forma: $MS = (3 \times NP1 + 3 \times NP2 + 4 \times AG) / 10$.
- Quando a Avaliação Geral de Curso (AGC) for aplicada, sua nota (AG) será utilizada para compor a média semestral de todas e somente das disciplinas do período em que o aluno está matriculado, não sendo utilizada para calcular a média semestral de disciplinas cursadas em regime de Dependência, Adaptação ou Antecipação e de disciplinas optativas ou eletivas.
- Todos os alunos terão que realizar **Atividades Práticas Supervisionadas (APS)**, que constarão de atividades de biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios

do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.

- Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS, definida para o respectivo período letivo de seu curso. A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da ficha de Supervisão da APS. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS, o qual deverá ser lançado no sistema Acadêmico ou, em caso de DP e/ou AD, em mapa emitido pela Secretaria até a data-limite de entrega das notas, conforme Calendário Escolar.
- O desempenho do aluno é avaliado numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), com aproximação de até 0,5 (cinco décimos); a MS será arredondada para 7,0 (sete), quando for maior ou igual a 6,7 (seis-vírgula-sete) e menor que 7,0 (sete); a MF será arredondada para 5,0 (cinco), quando for maior ou igual a 4,75 (quatro-vírgula-setenta e cinco) e menor que 5,0 (cinco).
- A recuperação poderá ter duração variável, dependendo da disciplina, e poderá, inclusive, estender-se por um semestre ou mais, a critério do Conselho Acadêmico.
- O exame e/ou a avaliação especial, exceção feita àqueles do antepenúltimo e último período (semestre) letivo, a critério do Conselho Acadêmico, poderão ser realizados em épocas especiais, após recuperação.
- O aluno, em casos especiais e depois de ouvida a Coordenação do curso, poderá ser autorizado a realizar o exame e/ou a avaliação especial em períodos distintos daquele determinado para os alunos de sua turma.
- A critério do Conselho Acadêmico, poderá ser incorporado às normas vigentes o conceito de aproveitamento médio global do semestre, que é determinado pela média aritmética das médias semestrais das disciplinas cursadas no semestre regular, excetuando-se adaptações, dependências ou tutorias.
- Se o aproveitamento médio global do período letivo for maior ou igual a 7,0, o aluno poderá, a critério do Conselho Acadêmico, ser dispensado de fazer o exame também nas disciplinas em que obteve média semestral maior ou igual a 5,0.
- O lançamento da nota de aproveitamento médio global obedecerá ao critério de arredondamento do valor obtido para o meio ou inteiro imediatamente superior.
- Os casos omissos serão analisados por uma comissão especialmente indicada pelo Conselho Acadêmico.

REGIME DE DEPENDÊNCIA

O aluno aprovado em um período letivo poderá matricular-se no período subsequente e cursar as disciplinas pendentes em regime de dependência. O número máximo de disciplinas neste regime de adaptação para a promoção ao semestre letivo subsequente fica assim definido:

- Para a promoção ao 2º período letivo: sem limite;
- Para a promoção ao 3º período letivo: 5 disciplinas;
- Para promoção aos períodos letivos situados entre o 3º e o antepenúltimo: 5 disciplinas;
- Para promoção ao antepenúltimo período letivo: 3 disciplinas; e
- Para o penúltimo e o último período letivo do curso não serão aceitas matrículas de alunos com dependência, recuperação ou adaptação em qualquer disciplina de períodos letivos anteriores.

O aluno reprovado em um período letivo poderá optar pelo regime de progressão tutelada, que foi instituído visando a oferecer orientação acadêmica diferenciada aos alunos que apresentarem desempenho acadêmico irregular no decorrer do seu processo de formação. Entende-se por

desempenho acadêmico irregular, o acúmulo de disciplinas em regime de dependência e/ou adaptação, em número maior que o permitido conforme citado no parágrafo anterior.

O ingresso no regime de progressão tutelada de matrícula decorre do interesse manifesto do aluno. Será facultado aos alunos que estariam se promovendo para o segundo ou para até o antepenúltimo período de qualquer curso de graduação, que tenham ultrapassado o limite de disciplinas em regime de dependência, conforme citado anteriormente, adotarem o regime de progressão tutelada de matrícula.

Os alunos que atenderem às condições previstas no parágrafo anterior poderão optar pelo regime de progressão tutelada durante o período de renovação da matrícula fixado no Calendário Escolar da Instituição.

O aluno que ultrapassar o limite de disciplinas em dependência e optar pelo regime de progressão tutelada de matrícula receberá orientação diferenciada sobre a reestruturação do seu percurso acadêmico, inclusive sobre a distribuição das disciplinas em dependência, ou ainda a cursar, atividades e estágios incompletos. A orientação definirá como e quando o aluno poderá cumpri-los.

Compete à Coordenação do Curso, a partir da análise do histórico escolar do aluno optante, orientá-lo quanto à melhor alternativa para conduzir a sua progressão acadêmica, considerando tudo o que é exigido pela matriz curricular para uma formação plena (disciplinas, trabalhos de curso, estágios, entre outros).

Caberá, também, à Coordenação do Curso, juntamente com o aluno optante pelo regime de progressão tutelada, estabelecer um plano de estudos definindo como, quando e quais disciplinas deverão ser cursadas, assim como as condições e as medidas a serem adotadas para a conclusão das demais atividades curriculares ainda pendentes. Esse plano de estudos poderá ultrapassar, conforme o caso, o período mínimo de integralização curricular.

Na condição de ingressante no penúltimo período, uma vez aceita a opção pelo regime tutelado, o aluno será matriculado provisoriamente nesse período de seu curso. A matrícula e o regime de estudos definido pela Coordenação do Curso serão homologados, segundo normas fixadas pelo Conselho Acadêmico.

Na condição de ingressante no último período, uma vez aceita a opção pelo regime tutelado, o aluno será matriculado provisoriamente nesse período de seu curso. A matrícula e o plano de estudos definido pela Coordenação do Curso serão homologados, segundo normas fixadas pelos Colegiados Superiores.

Enquanto optante pelo regime de progressão tutelada, o aluno obriga-se a cumprir integralmente o plano acadêmico estabelecido pela Coordenação do Curso e referendado pelo Conselho Acadêmico.

O desligamento do aluno do regime de progressão tutelada poderá ocorrer quando o desempenho acadêmico do aluno for avaliado como insuficiente pela instância competente da Instituição e decidido/homologado pelo Conselho Acadêmico.

REVISÃO DE PROVAS E VERIFICAÇÃO DAS NOTAS

O Professor deve realizar a revisão e fazer a vista das provas junto com o aluno, no “Período de Revisão de Notas”, em horário de aula da disciplina, ocasião em que ele estará de plantão, sendo vedada a alteração do critério adotado para a correção inicial. Toda prova realizada, com exceção dos exames, deve ser mantida com o professor até o final do semestre letivo. Os exames finais devem ser entregues na Secretaria da Instituição e as fichas das APS na Coordenação local do curso e posteriormente entregues na Secretaria da Instituição para serem arquivadas no prontuário do aluno.

As demais provas poderão ser devolvidas aos alunos regularmente matriculados, após o término do semestre letivo, com exceção das avaliações realizadas On-line, no Laboratório de Informática.

O aluno pode requerer, no site da IES, clicando em Secretaria On-line, a revisão dos exames e das APS, definidos no Calendário Escolar. O aluno deve fundamentar a solicitação explicando (no requerimento) a questão que ele considera que foi corrigida de forma incorreta, com base na matéria lecionada. Do contrário, o pedido não será aceito.

Importante: O prazo máximo para a solicitação de revisão dos exames é de 1 (um) dia após o prazo de entrega de notas. A revisão dos exames será feita no período estipulado no Calendário Escolar (“Período de Revisão de Notas”) e apenas se o aluno estiver presente no período das aulas em que o professor ministra a disciplina, ocasião na qual ele estará de plantão. O aluno deverá levar consigo o protocolo do pedido da revisão de Exame.

2.1.18. Sistema de Avaliação do Projeto de Curso

Avaliação do Curso Superior de Educação Física

A avaliação do Curso Superior de Educação Física é feita regularmente, através do estudo do desempenho do Curso e dos aspectos relativos ao rendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. Esta avaliação, de acordo com as determinações legais vigentes, é realizada em dois níveis: o Interno e o Externo.

Os relatórios correspondentes às avaliações interna e externa são encaminhados ao Conselho Acadêmico para apreciação e emissão de parecer e propostas de alternativas e ações para sanar as deficiências apresentadas.

Concepção do processo de autoavaliação do curso

Avaliação de Curso

A Avaliação de Cursos considera, basicamente, três conjuntos de elementos:

- **Condições:** corpo docente; corpo discente; corpo técnico-administrativo; infraestrutura; perspectiva utilizada na definição e organização do currículo; perfil profissional e as perspectivas do mercado de trabalho; estágios; efetiva participação de estudantes em atividades de Iniciação Científica, extensão e monitoria; atratividade do curso e interação com área científica, técnica e profissional e com a sociedade em geral;
- **Processos:** interdisciplinaridade; formação interdisciplinar; institucionalização; qualidade do corpo docente e sua adequação aos cursos de Graduação e Tecnológicos (domínio dos conteúdos, planejamento, comunicação, compromisso com o ensino, pesquisa, extensão, orientação/supervisão); avaliação da aprendizagem (critérios claros e definidos, relevância dos

conteúdos avaliados, variedade de instrumentos, prevenção da ansiedade estudantil); estágio; interação FAECE/sociedade;

- **Resultados:** capacitação global dos concluintes; preparo para exercer funções profissionais (executar atividades-tarefa típicas da profissão, aperfeiçoar-se continuamente); qualidade do curso (necessidades do mercado do trabalho, atualidade e relevância técnico-científica dos conteúdos, desempenho em Pós-graduação/cursos típicos da carreira, adequação do currículo às necessidades futuras); análise comparativa (cursos da mesma área em outras instituições, outros cursos da mesma instituição).

Avaliação de disciplina

A organização do trabalho pedagógico é avaliada de modo a abranger os seguintes tópicos:

- **Objetivos** da disciplina, plano de ensino, fontes de consulta/bibliografia, procedimentos didáticos, instrumentos de avaliação, conteúdo das avaliações, atividades práticas, condições técnicas (recursos humanos e infraestrutura disponíveis para o desenvolvimento das disciplinas);

- **Desempenho** do docente, em relação a clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, inter-relação e domínio dos conteúdos, questionamento, síntese soluções alternativas;

- **Desempenho** didático-pedagógico, em relação ao cumprimento de objetivos, à integração de conteúdo, aos procedimentos e materiais didáticos e bibliografia; e aspectos atitudinais e filosóficos (aspectos éticos, clima livre de tensão orientação, atitudes e valores); pontualidade do professor e exigência de pontualidade dos alunos;

- **Desempenho** discente, expressado pela participação em aula e atividades, informação ética, realização de tarefas, interesse e presença integral;

- **Desempenho** técnico-administrativo, expressado pela avaliação individual dos funcionários; e

- **Desempenho** gerencial da FAECE.

Autoavaliação do Curso Superior de Educação Física

Nesse nível, a avaliação considera o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no Curso Superior de Educação Física, bem como as relações entre os três. O resultado desse diagnóstico, das variáveis e indicadores considerados emergentes face à especificidade do curso, após a sua sistematização, são trabalhados pelo Curso em diferentes etapas, detalhadas a seguir:

- Reuniões de trabalho para elaboração do planejamento do processo de autoavaliação do curso para o ano letivo correspondente;

- Participação dos protagonistas do processo de autoavaliação do curso nos Painéis promovidos pela CPA para conhecimento das informações e dos dados colhidos sobre a realidade do curso;

- Reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso, pela CPA);

- Reuniões específicas para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso;

- Reuniões de trabalho para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional;

- Aplicação dos Instrumentos de Avaliação elaborados pelo próprio Curso e não contemplados pelo processo de avaliação institucional e pela avaliação externa. Trata-se aqui de Instrumentos de Avaliação que abordam as dimensões específicas do Curso;

- Reuniões de trabalho para a elaboração conjunta de Planos de Trabalho com base nos resultados da avaliação institucional, da avaliação externa e da autoavaliação promovida pelo próprio Curso (componentes curriculares que caracterizam a especificidade do curso);
- Desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Trabalho para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e
- Reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e autoreflexiva, à avaliação do processo de autoavaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho são realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades é estabelecido no início de cada ano letivo, durante as reuniões de trabalho para a elaboração do planejamento do processo de autoavaliação do curso. Neste, busca-se imprimir uma metodologia de trabalho que contemple uma unidade e segmento de tempo concreto em relação ao qual se distinguem três fases para um paradigma que resulte num processo de autoavaliação global: (a) avaliação inicial (condições existentes, fundamentação e necessidades); (b) avaliação de processo (variáveis que envolvem todo o processo de desenvolvimento curricular nos contextos político-administrativo, de gestão e de realização); (c) avaliação de resultados (ponderação dos resultados definidos no projeto pedagógico do curso).

O projeto de autoavaliação empregado caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica do curso.

Sendo assim, podemos concluir que a avaliação interna ou autoavaliação é um processo em construção articulado com as ações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e deve ser entendida como parte do processo de aprendizagem, uma forma contínua de acompanhamento de todas as atividades que envolvem o Curso de Educação Física.

A autoavaliação, na dimensão adotada pela FAECE, se constitui em processo sistemático de reflexão na busca de todos os elementos que permitam detectar problemas para construir as intervenções eficazes, de forma coletiva e agregando todos os atores necessários, ou seja, gestores, docentes, alunos, egressos, avaliadores externos e todos aqueles que possam contribuir para a efetivação da qualidade desejada.

Para o Curso de Educação Física da FAECE essa articulação passa a incluir dados como a formação profissional do docente, a atividade profissional exercida por egressos e a reflexão sobre o projeto pedagógico à luz desses dois dados. O que se espera é nortear o projeto pedagógico também pela dimensão da atividade profissional de docentes e egressos, articulada essa dimensão pelas características peculiares do território em que o curso é ministrado.

Avaliação externa

Nesse nível, a avaliação externa considera o desempenho do Curso em relação ao mercado de trabalho, ao grau de satisfação do egresso e aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (resultados do ENADE e da Avaliação das Condições de Ensino).

A avaliação externa abrange, ainda:

- Pesquisa junto à sociedade civil organizada, com os quais o Curso desenvolve suas atividades, para verificar a adequação dessas atividades e o grau de satisfação dos mesmos.

- Pesquisa junto às empresas parceiras, que absorverá os egressos do Curso, para verificar o grau de satisfação da comunidade externa em relação ao desempenho dos mesmos.
- Pesquisa junto aos egressos, para verificar o grau de satisfação dos ex-alunos em relação às condições que o Curso lhes ofereceu e vem lhes oferecer (formação continuada).

2.1.18.1. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A FAECE, comprometida com a qualidade do ensino, diagnosticou alguns pontos a serem lapidados, a fim de que o desempenho de seus alunos tenha, ano a ano, um efeito cada vez mais positivo, tais como: a criação do NDE, tendo como embrião o Grupo de Trabalho constituído para elaborar a autoavaliação, juntamente com a CPA, com a missão de conduzir a implementação das propostas formuladas e avaliar periodicamente a sua eficácia; a reestruturação do corpo docente; a conscientização, por meio de palestras, da importância dos resultados do ENADE para o corpo discente, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho.

2.2. Apoio aos discentes

Em relação ao corpo discente, os principais meios e mecanismos de atendimento, orientação e suporte da FAECE são:

- Manual de Informações Acadêmicas: entregue anualmente aos estudantes;
- Coordenações de Curso, que prestam plantões de atendimento ao estudante nas “Salas de Coordenação”. Nesses atendimentos, o estudante recebe orientações em relação às questões didático- pedagógicas de normas e regulamentos, do desempenho da FAECE nas avaliações interna e externa, das atividades complementares e de palestras e seminários. Além disso, os estudantes podem esclarecer dúvidas sobre o exercício profissional, o mercado de trabalho, a sua colocação no mercado e trabalho, a formação continuada, e também podem realizar sugestões que, por ventura, são levadas às reuniões de Conselho Administrativo.
- Setor de Estágio – trabalha associado à Coordenação de Curso na oficialização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios dos alunos do curso de Educação Física da FAECE. No momento oportuno, a partir do 5º semestre, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, o estudante tem acesso às vagas de estágios disponíveis junto ao Setor, a Coordenadoria de Curso, de Estágios, aos Centros de integração e a contatos com empresas e setor público concedente de estágio. O Setor é procurado para viabilizar os convênios entre as partes aluno, interveniente e concedente de estágio. O coordenador de curso do curso de Educação Física fica responsável em analisar e assinar como parte interveniente de estágio os contratos firmados entre aluno e a parte concedente: empresa, escolas públicas, particulares, organizações não governamentais, fundações e a própria Faculdade. A oficialização do estágio realizado no setor constitui o início do processo de estágio – o qual será orientado, acompanhado e avaliado no decorrer dos semestres letivos.
- Atendimentos em geral, em órgãos como: secretaria, tesouraria, central de orientação pedagógica, diretoria da FAECE, chefia de IES, etc.

2.2.1. Formas de Acesso

Para ingressar na Instituição, o candidato passa por processo seletivo, previsto em edital, realizado por meio de um exame constituído por uma redação em Língua Portuguesa e questões do tipo múltipla escolha, abrangendo o programa estabelecido. Para a orientação desse processo, o candidato conta com o Manual do Candidato à sua disposição, que o informará sobre os procedimentos para a inscrição, datas e horários dos exames, assim como a publicação dos resultados e períodos de matrículas.

No início de cada ano letivo, os ingressantes recebem o Manual do Aluno, que tem por finalidade transmitir uma série de informações gerais à comunidade acadêmica, com o objetivo de proporcionar a todos o melhor aproveitamento da experiência universitária e o entrosamento entre o corpo docente, discente e administrativo da Instituição.

2.2.1.1. Disposições Gerais

O Processo Seletivo compõe duas formas de acesso:

1. Prova Tradicional, que consiste em datas prefixadas pela IES, com a inscrição feita previamente pelo candidato pela Internet, ou presencialmente na IES. O local de realização da prova é indicado no comprovante de inscrição e a duração da mesma consta no manual.
2. Prova Agendada, que consiste no agendamento do dia e horário de sua realização, feita sempre antes da realização da Prova Tradicional. Esta é realizada em computadores dos laboratórios da IES e com provas diferentes.

O candidato deverá optar por um dos dois tipos de provas.

Quanto ao ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), o candidato que o realizou pode ser dispensado de fazer as provas do Processo Seletivo. Nesse caso, este faz a inscrição no campus e entrega uma cópia autenticada do Boletim Individual de Notas do ENEM, até 48 horas antes da Prova Tradicional. As notas obtidas no ENEM, de questões objetivas, bem como de redação, serão analisadas e, se não atingirem uma pontuação favorável, o candidato necessariamente realizará a Prova Tradicional ou por Agendamento, conforme sua escolha e tempo hábil para tal.

2.2.1.2. Condições e Procedimentos

No momento da inscrição, o candidato fará a opção de curso e turno conforme instruções contidas no Manual do Aluno. Haverá também um questionário socioeconômico e taxa de inscrição, caso haja. A inscrição pode ser feita pessoalmente ou pela Internet. Quanto à composição das provas, esta possui as disciplinas devidamente elencadas no manual, bem como a bibliografia de literaturas a serem estudadas.

No que diz respeito à classificação, esta é feita de forma decrescente, referente à pontuação, respeitando a disponibilidade de vagas do curso. Já a desclassificação se dá por meio da baixa pontuação da redação e utilização de meios fraudulentos ou indisciplina durante a realização da prova.

Quanto ao resultado da prova, a lista oficial de classificação será publicada na secretaria da IES, por meio de edital de convocação, e pela Internet, após alguns dias da realização da Prova Tradicional da fase correspondente. O resultado obtido através da prova feita por Agendamento e pelo ENEM será publicado juntamente com o da Prova Tradicional.

2.2.1.3. Matrícula

A matrícula é realizada pela Internet e o modo de fazê-la consta no Manual do Candidato, passo a passo. Há também um prazo para a sua realização, indicação do curso e a data de início das aulas.

2.2.2. Apoio Pedagógico aos Discentes

O apoio didático-pedagógico aos discentes do curso de Educação Física será realizado de diferentes maneiras:

- visitas às salas de aulas, com o objetivo de saber como as turmas estão se desenvolvendo, além de levar informações sobre a Instituição, eventos, etc.;
- reuniões sistemáticas mensais com representantes de turmas e/ou centro acadêmico;
- divulgação contínua aos discentes dos horários de Coordenação do Curso, Secretaria, Biblioteca, Laboratórios, etc.;
- entrega do calendário Escolar, no início de cada semestre, com todas as informações acadêmicas da Instituição, como: calendário de provas, processo de faltas, dias letivos, recessos e demais serviços da Unidade.

Ademais, a Instituição conta com um corpo de profissionais disponíveis para o atendimento ao estudante, fora do expediente de aula, buscando dirimir dúvidas em relação às disciplinas e conteúdos ministrados, em salas específicas para o atendimento individual ou em grupo. Conta também com um Coordenador, que fica à disposição dos estudantes e professores para o atendimento em relação à operacionalidade do curso e às questões acadêmico-pedagógicas.

A Instituição promove a organização e a divulgação de atividades extracurriculares constantes e diversificadas, como semanas de estudo, seminários, congressos, palestras, jornadas, entre outras, ligadas às áreas dos cursos oferecidos com o intuito de integrar a comunidade científica e complementar a formação de sua comunidade acadêmica, além de incentivar a interdisciplinaridade.

2.2.3. Acompanhamento Psicopedagógico

O **Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico – NAAP** que atua no ensino, desenvolvendo programas com alunos, incluindo os que apresentarem transtorno do espectro autista, professores e coordenadores, visando à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, à formação global e à realização profissional e pessoal do aluno, de forma a facilitar a integração à vida universitária e social. Procurar-se-á fazer um feedback entre as necessidades do aluno e as possibilidades da IES, proporcionando por meio do planejamento a expansão dos programas de acompanhamento que visem à adaptação e a permanência do aluno no curso escolhido e na Instituição. Com relação à extensão, procurar-se-á integração da comunidade interna e externa, oferecendo programas especiais que promovam a saúde mental, o enriquecimento da qualidade de vida e o sucesso acadêmico.

A orientação acadêmica (psicopedagógica) realizar-se-á através das seguintes ações:

- atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem de expressão escrita, de falta de concentração, com transtorno do espectro autista etc.;
- esclarecimentos de dúvidas, promovendo a satisfação e a diminuição das dificuldades encontradas por parte dos acadêmicos;
- trabalho na prevenção da evasão escolar, da inadimplência, da repetência;
- realização de pesquisas de satisfação para subsidiar o redimensionamento das atividades, periodicamente ou quando necessário;
- orientação para a reopção de curso quando necessária.

Objetivos gerais do NAAP

- I- Estimular o acesso, a permanência e a integração da pessoa com Transtorno do Espectro Autista à educação e ao ensino profissionalizante no Ensino Superior com vistas à inserção ao mundo do trabalho por meio das ações e da política de acessibilidade da FAECE previstas no PPI.
- II- Promover a intersetorialidade no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista articulada por meio dos professores, coordenadores, alunos e

- setores de apoio, viabilizando a comunicação pedagógica e relacional, tendo como referência o processo ensino-aprendizagem.
- III-** Desenvolver ações de atenção integral às necessidades educacionais da pessoa com Transtorno do Espectro Autista por meio de apoio psicopedagógico e social com vistas à integridade física, ao desenvolvimento pleno e à proteção contra qualquer forma de abuso moral.

Objetivos específicos do NAAP

- I-** Auxiliar a pessoa com Transtorno do Espectro Autista na qualidade de aluno da IES em sua integração ao contexto universitário por meio de uma ação política, cultural, social e pedagógica que favoreça a igualdade e a diferença como valores indissociáveis.
- II-** Realizar aconselhamento psicológico e/ou atendimento psicopedagógico a partir da identificação de urgências subjetivas (diferentes condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras) desse aluno em seu processo ensino-aprendizagem, propiciando um posicionamento relacional e institucional adequado com vistas à superação da situação e possível encaminhamento para profissionais e serviços especializados, se necessário.
- III-** Apoiar e orientar o corpo docente, em conjunto com os setores acadêmicos da instituição, definindo estratégias didático-pedagógicas específicas que assegurem o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil do egresso do Curso, a partir do reconhecimento das características desse aluno no processo ensino aprendizagem.
- IV-** Acompanhar as práticas educacionais realizadas pelos professores para orientar o processo de “integração instrucional” por meio do esclarecimento e reflexão acerca dos padrões heterogêneos de participação e aprendizagem desse aluno.
- V-** Assessorar a gestão do Coordenador de Curso no campus em consonância com a política de ensino e atenção ao aluno, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), realizando orientações no que se referem à aplicação do currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as necessidades desse aluno.
- VI-** Orientar a Instituição de Ensino no que se refere à construção de sistemas educacionais inclusivos decorrentes de uma mudança estrutural e cultural dos relacionamentos interpessoais e instrucionais, que demandam recursos de tecnologia da informação e da comunicação para que todos os alunos tenham as suas especificidades educacionais atendidas.
- VII-** Efetivar levantamento a partir dos dados coletados nas atividades realizadas de atendimento pelo NAAP, no sentido de avaliar a implantação e o acompanhamento das ações e encaminhar relatório à direção acadêmica com o objetivo de auxiliar a compreensão do perfil desse aluno, suas dificuldades e possíveis intervenções. O relatório previsto neste item trata-se apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.
- VIII-** Participar de reuniões institucionais que promovam a atenção integral à deficiência do Transtorno de Espectro Autista por meio de orientações específicas.

Portanto, entende-se que o NAAP da FAECE atua principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns e na questão da promoção da acessibilidade, capacitando funcionários técnico-administrativos, professores e coordenadores de curso para o atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e traçando diretrizes em conjunto com a comunidade acadêmica no sentido de contribuir com orientações e apoio acerca de adaptações

metodológicas e de processos avaliativos, tendo em vista a inclusão plena dos alunos com Transtorno do Espectro Autista, conforme Política de Acessibilidade da FAECE.

2.2.4. Mecanismos de Nivelamento

Os mecanismos de acompanhamento aos discentes emergem das reuniões pedagógicas entre o corpo docente, Coordenação de Curso e Colegiado de Curso, os quais, em conjunto, definem estratégias de trabalho, como a autorização de aulas extras para nivelamento, após verificação das deficiências das turmas recém ingressas, com o objetivo de permitir melhor rendimento do corpo discente em relação ao cumprimento dos conteúdos técnicos, administrados ao longo do primeiro ano letivo do curso.

Também são oferecidas aos estudantes ingressantes disciplinas de ajustes e nivelamento, de conteúdo básico, relativas às áreas de interesse de seu curso, a fim de suprir algum tipo de deficiência ou carência em sua formação anterior. Tais disciplinas não possuem caráter obrigatório nem contam crédito, apenas tem o intuito de contribuir para a aprendizagem dos estudantes no escopo das disciplinas regulares.

2.2.5. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador de Curso, pelos professores em regime de trabalho de tempo integral e tempo parcial, com jornada semanal específica para essa finalidade.

2.2.6. Acompanhamento dos Egressos

Da mesma forma, a IES envidará esforços administrativos no sentido de institucionalizar o Programa de Acompanhamento de Egressos, por meio do cadastro de ex-alunos, a fim de definir seu perfil profissiográfico e mantê-los informados sobre eventos científicos, como congressos, palestras e outros, promovendo a atualização de sua formação. Ao mesmo tempo, os egressos poderão, por meio do Questionário de Autoavaliação Institucional, expressar as possíveis carências ou qualidades nos vários setores da infraestrutura da Instituição, o que muito contribuirá para a expansão de seu ensino.

DIMENSÃO 3 – CORPO DOCENTE

3.1. Administração Acadêmica

3.1.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Educação Física é composto por professores responsáveis pela formulação da proposta pedagógica, pela implementação e desenvolvimento do curso, atendendo aos requisitos estabelecidos na Portaria MEC nº 147/2007.

Compete ao Núcleo Docente Estruturante:

- Participar plenamente da elaboração e atualização do projeto pedagógico do curso;
- Propor alterações do projeto pedagógico do curso, quando for pertinente;
- Estimular o corpo docente a apresentar propostas curriculares inovadoras para o curso;
- Motivar a participação efetiva nas mudanças curriculares e pedagógicas;
- Estabelecer mecanismos de representatividade do corpo docente nas propostas de alterações do projeto pedagógico;
- Buscar a implementação do projeto pedagógico do curso, preservando as características e peculiaridades regionais da comunidade local.

Os professores que integram o Núcleo Docente Estruturante estão vinculados às atividades essenciais do curso, entre elas: docência, orientação de estágio e monografia; acompanhamento de atividades complementares; orientação de pesquisa e desenvolvimento de atividades de extensão, atualização do próprio Projeto Pedagógico (Vide Regimento no **Anexo 8**).

3.1.2. Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE do Curso de Educação Física é constituído por 5 docentes, integrado pelo Coordenador de Curso e por mais 4 (quatro) professores, correspondendo a 26% do corpo docente previsto para os dois primeiros anos do curso, seus componentes se caracterizam pelo(a): a) concessão de uma dedicação preferencial ao curso; b) porte de título de pós-graduação *stricto sensu*; c) contratação em regime de trabalho diferenciado do modelo horista; e d) estabilidade ou perenidade, que lhes permitirá construir uma história institucional.

A seguir, apresenta-se a relação nominal dos professores, seguida da titulação e do regime de trabalho.

3.1.3. Relação Nominal, Titulação e Formação Acadêmica do NDE

PROFESSOR	TITULAÇÃO MÁXIMA	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Bráulio Nascimento Lima	Mestrado	Educação Física
Eric Marcos Nunes Cavalcante	Mestrado	Educação Física
Elisa da Silva Feitosa	Doutorado	Enfermagem
Klebson da Silva Almeida	Mestrado	Educação Física
Mariela de Santana Maneschky	Mestrado	Educação Física

3.1.4. Regime de Trabalho do NDE

PROFESSOR	REGIME DE TRABALHO
Bráulio Nascimento Lima	Integral
Eric Marcos Nunes Cavalcante	Integral
Elisa da Silva Feitosa	Integral
Klebson da Silva Almeida	Parcial
Mariela de Santana Maneschky	Integral

3.1.5. Atuação do Coordenador do Curso

A coordenação do curso responsabiliza-se e zela pela qualidade do ensino ofertado pela IES, tendo como atribuições, sob a supervisão do Coordenador Pedagógico:

- Definir ou redefinir a concepção, os objetivos e finalidades e o perfil do profissional a ser formado pelo curso;
- Colaborar com os docentes na elaboração de planos de ensino e em projetos de natureza pedagógica;
- Sugerir alterações curriculares e o ajustamento de planos de ensino de disciplinas, de acordo com os objetivos do curso e do perfil do profissional a ser formado e com as diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação;
- Promover a discussão e análise das ementas e conteúdos programáticos das disciplinas, visando à interdisciplinaridade e à integração do corpo docente aos objetivos do curso;
- Fomentar a discussão teórica e o avanço prático de metodologias de ensino adequadas às diferentes disciplinas do curso;
- Estabelecer normas para o desenvolvimento e controle dos estágios curriculares e extracurriculares;
- Executar periodicamente a autoavaliação do curso e a avaliação institucional;
- Opinar nos processos de seleção, contratação, afastamento e substituição de professores;
- Apreciar as recomendações dos docentes e discentes sobre assuntos de interesse do curso;
- Decidir sobre a dependência de disciplinas na programação acadêmica do aluno, respeitado o disposto neste Regimento e em normas do Conselho Acadêmico;
- Definir a organização e a administração de laboratórios e materiais relativos ao ensino;
- Estimular o programa de monitoria;
- Incentivar o desenvolvimento de projetos de aplicação prática;
- Estimular práticas de estudo independente, visando à progressiva autonomia intelectual e profissional do estudante;
- Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;
- Elaborar o horário escolar do curso e fornecer à Diretoria os subsídios para a organização do Calendário Escolar;
- Orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
- Fiscalizar a observância do regime escolar e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos;
- Emitir parecer sobre aproveitamento de estudos e propostas de adaptações de curso;
- Exercer o poder disciplinar no âmbito do curso; e
- Exercer outras atribuições conferidas no Regimento Interno e por normas complementares emanadas do Conselho Acadêmico.

Além disso, o Coordenador também atua no Núcleo Docente Estruturante como presidente nato tendo as seguintes competências:

- Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- Encaminhar as deliberações do Núcleo;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- Indicar coordenadores para cada área do saber;

- Coordenar a integração com os demais Cursos e setores da Instituição.

O Coordenador do Curso de Educação Física é responsável pela execução do planejamento pedagógico e pelo desempenho administrativo do curso, que evidentemente estão vinculados à missão e aos valores da Instituição, e de acordo com as diretrizes do PDI (Projeto de Desenvolvimento Institucional) e PPI (Projeto Pedagógico Institucional).

Como Coordenadores-Gestores, fazem parte do perfil esperado e cobrado da Coordenação do Curso de Educação Física:

- postura compromissada e vínculo com a missão e estratégias da Instituição, que está em sintonia com as diretrizes e normas do PDI, PPI e PPC;
- formação cultural, competência profissional, postura ética, capacidade de liderança, empreendedorismo, capacidade de cobrar resultados e visão global;
- possuir e fomentar uma visão global sobre a profissão e sobre o Curso de Educação Física e suas perspectivas;
- disposição para trabalho em equipe, assumindo posição de liderança;
- ponto de referência profissional e pessoal para docentes e discentes;
- capacidade de manutenção do projeto de expansão, compreendendo a dinâmica interna e externa da Instituição;
- capacidade de promover a consolidação de um ensino de qualidade, oferecer serviços que correspondam aos anseios da demanda social, manter a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, avaliar a capacidade pedagógica dos educadores, articular teoria e prática, incentivar à pesquisa docente e discente, manter forte compromisso com a sociedade, com a cidadania, com o conhecimento, com a produção científica, com o desenvolvimento regional e nacional;
- disposição para contribuir e estabelecer parcerias com diversos setores da sociedade;
- capacidade em desenvolver planos que permitam a atuação da Faculdade em questões sociais, por meio de projetos de extensão comunitária, tendo portanto, a Faculdade o papel de agente catalisador das demandas da sociedade;
- demonstrar sintonia com as tendências da economia e procurar formar profissionais que reúnam condições de inserção no mercado de trabalho.
- disposição para contribuir na produção de ideias, propostas e novas dinâmicas para o Curso e para a instituição;
- constante atualização em relação às diretrizes e normas do Ensino Superior;
- disposição em participar ativamente do processo de avaliação Institucional;
- possuir informações atualizadas sobre o perfil dos cursos comuns de outras Instituições de Ensino Superior e sobre os procedimentos das comissões de avaliação do Ministério da Educação;
- disposição para fomentar o debate contínuo com os docentes, Instituição e discentes sobre o projeto pedagógico;
- disposição para favorecer a implantação de linhas de pesquisas, grupos, núcleos de estudos e projetos consistentes de estágios que permitam a relação entre teoria e prática;
- capacidade de identificar e resolver problemas administrativos e acadêmicos.

São funções relacionadas à Coordenação do Curso de Educação Física:

- Pensar no Curso, nas possibilidades de consolidação dos parâmetros de qualidades, estimular a participação docente e discente na colaboração e construção de

propostas pedagógicas consistentes, que satisfaçam as expectativas dos estudantes na sua formação integral;

- zelar pelo bom funcionamento pedagógico e administrativo do Curso;
- organizar e redigir documentação pertinente ao Curso, avaliar o currículo proposto, convocar reuniões, agendar e viabilizar eventos e projetos de estágios;
- agregar os docentes do curso na realização do plano de curso, na indicação de bibliografia atualizada, verificar se os procedimentos acadêmicos dos docentes são realizados de forma correta a fim de atender às exigências da Instituição;
- realizar reuniões com os docentes do curso ao início de cada semestre, para disponibilizar os recursos tecnológicos de ensino oferecidos pela Instituição, mas principalmente para abordar o perfil do profissional que o curso está formando;
- realizar reuniões com discentes do curso periodicamente, supervisionando e monitorando as deficiências do processo de ensino-aprendizagem, e esclarecer as dúvidas e expectativas dos discentes;
- acompanhar os registros acadêmicos de frequência, os índices de evasão, os trancamentos, os resultados das avaliações, identificar, quando necessário, os motivos reais de baixa frequência, assim como os baixos desempenhos escolares, procurando apresentar possíveis alternativas para que os gestores da Instituição possam deliberar sobre o assunto;
- fazer levantamento consultando os docentes sobre as dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem, no transcorrer do semestre letivo;
- promover o curso em segmentos públicos e/ou privados de cada região, mostrando o papel social da Faculdade;
- realizar sistematicamente reuniões com os representantes discentes de cada período do curso;
- participar ativamente das avaliações sistemáticas do desempenho docente e discente;
- revisar e atualizar o projeto pedagógico do curso, com a participação dos segmentos envolvidos no processo (órgãos superiores de deliberação e administração, docentes, discentes, comunidade e diretrizes propostas pelo MEC);
- atendimento sistemático aos procedimentos acadêmicos e administrativos;
- disponibilizar os meios de comunicação utilizados para os públicos internos e externos;
- proporcionar aos discentes atividades de caráter extracurricular, estimulando-os à realização de atividades complementares AACC;
- realizar avaliação sistemática dos conteúdos ministrados em cada período no final do semestre;
- motivar, criar condições e apontar oportunidades de qualificação docente, quando da oportunidade de participação em programas de capacitação;
- Incentivar projetos de pesquisa, atividades de extensão comunitária, monitorias, trabalhos de conclusão de curso, a iniciação científica;
- realizar sempre que possível o vínculo entre a Instituição e a sociedade, entre o Curso e os eventos que complementam a futura formação profissional, entre os discentes e o mercado de trabalho;

3.1.6. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador

A Coordenação do Curso de Educação Física da Faculdade Paraense de Ensino/FAEC Eestá sob a responsabilidade do **Prof. MSc. Braúlio Nascimento Lima**, que possui graduação em

Educação Física (Licenciatura Plena) pela Universidade Estadual do Pará- UEPA/2008, Especialista em Biomecânica, Avaliação Física e Prescrição de Exercícios pela FMU/2012, Mestrado em Educação Física pela UNIMEP/2013, além, de ser Doutorando em Movimento Humano pela UNIMEP. Como docente, atuou nas seguintes instituições: UNAMA, FCC, FAMAZ, FACIDER, ESTÁCIO, FACIBRA, ESMAC, FIBRA. Atuou, ainda, como professor, supervisor e coordenador em academias de musculação. Todas as informações podem ser comprovadas em seu *Currículo Lattes*.

3.1.7. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O Coordenador do Curso de Graduação Plena em Educação Física da Faculdade Paraense de Ensino FAECE, **Prof. MSc. Braúlio Nascimento Lima** dedicará atenção integral à administração e à condução do curso.

3.1.8. Corpo Docente do Curso

O corpo docente do Curso de Educação Física é constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolverá, às características do contexto da região e à concepção do curso.

3.1.9. Formação Acadêmica e Profissional

Os docentes do curso de Graduação Plena em Educação Física da FAECE são qualificados e especialistas em áreas de conhecimentos com aderência aos conteúdos curriculares e disciplinares dos quais são responsáveis.

Seu perfil passa, necessariamente, pela formação científica na área de conhecimento, preferentemente em nível *strictu-sensu*, pelo conhecimento do complexo processo histórico de constituição de sua área, bem como da compreensão ampla e crítica dos métodos que produziram o conhecimento acumulado naquela especificidade, de modo a iniciar todo aluno aos fundamentos e aos métodos que produziram e produzem aquela ciência.

A qualificação do corpo docente não se restringe ao domínio da ciência. No âmbito da formação dos formadores é imprescindível que a competência pedagógica esteja presente, o que impõe de imediato, a necessidade de integração entre as demandas da graduação e os currículos dos programas de Pós-Graduação.

O aprimoramento da competência científico-pedagógica do docente do curso de Graduação Plena em Educação Física far-se-á de forma gradual e contínua tanto nas atualizações constantes que ele deverá buscar dentro ou fora da FAECE quanto nos processos rotineiros de formação que se constroem nas próprias discussões acadêmicas quando da atuação coletiva dos docentes em torno do Projeto Político Pedagógico do Curso como do planejamento de ensino em reuniões pedagógicas.

A Faculdade Paraense de Ensino-FAECE possui plano de carreira docente instituído em Regulamento aprovado pelo Conselho Acadêmico. No mencionado Regulamento, encontram-se as atividades atribuídas aos seus integrantes, o regime de trabalho, o quadro de carreira, as categorias funcionais, as formas de ingresso e promoção e a remuneração. Em síntese, o Regulamento do Plano de Carreira Docente da FAECE, aborda pelos seguintes aspectos a carreira docente:

- a) Discriminação das categorias funcionais: Professor Auxiliar, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular; e
- b) Requisitos para ingresso ou promoção.

As vagas são informadas para o público interessado. As inscrições podem se dar na Coordenação Pedagógica da FAECE ou por envio de currículo ao setor do Departamento Pessoal e/ou Coordenação de Curso.

Uma comissão de curso seleciona o professor por análise curricular e entrevista. A contratação é feita de acordo com o plano de carreira docente. Este plano de carreira docente considera titulação, tempo de magistério e experiência profissional.

Quanto aos requisitos para o ingresso em cada categoria, tem-se:

Professor Assistente: o candidato deve possuir escolaridade correspondente ao Ensino Superior completo e curso de pós-graduação *Lato Sensu* com, no mínimo, 360 h/a, além de experiência docente mínima de 2 (dois) anos no Magistério Superior.

Professor Adjunto: o ingresso nesta categoria funcional prescinde de escolaridade correspondente ao Ensino Superior completo e curso de pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) concluído e aprovado em Universidade de reconhecida capacidade técnica. É requerida do candidato titulação de Mestre na mesma área de sua graduação, além de experiência docente mínima de 3 (três) anos no Magistério Superior.

Professor Titular: para o ingresso nesta categoria é necessário escolaridade correspondente ao Ensino Superior completo e curso de pós-graduação *Stricto Sensu* (Doutorado) concluído e aprovado em Universidade de reconhecida capacidade técnica. É requerida titulação de Doutor, além de experiência docente mínima de 5 (cinco) anos no Magistério Superior.

O Plano de Qualificação Docente da Faculdade está intimamente ligado ao incentivo à produção científica. Resumidamente, a progressão na carreira docente será feita com base:

- I – na avaliação de desempenho;
- II – na titulação acadêmica;
- III – na produção científica e intelectual; e
- IV- no tempo de serviço.

3.1.10. Perfil do corpo docente

A preocupação do docente da FAECE deve estar voltada para o atendimento das expectativas da formação discente.

O corpo docente do Curso de Educação Física, em função de suas características, é constituído por uma equipe multiprofissional formada em Licenciatura e Graduação Plena em Educação Física. Este elenco de docentes é constituído por profissionais cujas trajetórias de formação e experiências são coerentes com as disciplinas ministradas e com o projeto do curso.

3.1.11. Titulação do Corpo Docente

O corpo docente do Curso de Educação Física da FAECE é composto por professores, com titulação adequada às disciplinas para as quais foram designados. O quadro adiante traz o corpo docente responsável pelas disciplinas do Curso destacando-se a maior titulação:

DISCIPLINAS	DOCENTES	CPF	GRADUAÇÃO/IES E ANO DE CONCLUSÃO	TITULAÇÃO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/ IES E ANO DE CONCLUSÃO
1º SEMESTRE				
ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS	Bráulio Nascimento Lima	885.211.332-00	Educação Física/ UEPA/ 2008	Mestrado em Educação Física/ Movimento Humano, Cultura e Educação/ UNIMEP/ 2013
ESTUDOS DISCIPLINARES	Bráulio Nascimento	885.211.332-00	Educação Física/ UEPA/ 2008	Mestrado em Educação Física/ Movimento

	Lima			Humano, Cultura e Educação/ UNIMEP/ 2013
INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS	Ayvânia Alves Pinto	821.636.347-87	Letras/UFGA/ 1990	Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem/ Linguística Aplicada/PUC-SP/2013
CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	Klebson da Silva Almeida	732.713.812-91	Educação Física/ UEPA/ 2005 Fisioterapia/ UNAMA 2010	Mestrado em Gerontologia/ Gerontologia/ UNICAMP/ 2013
APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO MOTOR	Rosana Margareth da Silva Feitosa	304.331.502-20	Educação Física/ UEPA/ 1992	Mestrado em Treinamento Desportivo/ Educação Física/ LUSOCOM/ 2015
CORPOREIDADE E MOTRICIDADE HUMANA	Edenilson Correa Silva	857.135.112-00	Educação Física/ UEPA/ 2008	Especialista em Fisiologia e Cinesilogia do Exercício/ Movimento/ UVA/ 2011
FILOSOFIA E DIMENSÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	Mariela de Santana Maneschy	746.963.272-72	Educação Física/ UEPA/ 2004 Comunicação Social/ UFGA/ 2006	Mestrado em Ciência e Motricidade Humana/ Motricidade/ UCB/ 2010
PRIMEIROS SOCORROS	Elisa da Silva Feitosa	118.687.402-34	Enfermagem/EEWB/ 1963 Licenciatura em Disciplinas Especializadas/ UFGA/ 1981	Doutorado em Enfermagem/Filosofia da Enfermagem/ UFSC/ 2001
BIOESTATÍSTICA	Janaina Helena Cardoso da Silva	509.708.522-15	Estatística/ UFGA/ 2000	Mestrado em Metrologia Científica e Industrial/ Metrologia/ UFSC/ 2003
2º SEMESTRE				
ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS	Bráulio Nascimento Lima	885.211.332-00	Educação Física/ UEPA/ 2008	Mestrado em Educação Física/ Movimento Humano, Cultura e Educação/ UNIMEP/ 2013
ESTUDOS DISCIPLINARES	Bráulio Nascimento Lima	885.211.332-00	Educação Física/ UEPA/ 2008	Mestrado em Educação Física/ Movimento Humano, Cultura e Educação/ UNIMEP/ 2013
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Ayvânia Alves Pinto	821.636.347-87	Letras/UFGA/ 1990	Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem/ Linguística Aplicada/PUC-SP/2013
RITMO E DANÇA	Mariela de Santana Maneschy	746.963.272-72	Educação Física/ UEPA/ 2004 Comunicação Social/ UFGA/ 2006	Mestrado em Ciência e Motricidade Humana/ Motricidade/ UCB/ 2010
BIOLOGIA (CITOLOGIA)	Plínio Cerqueira dos Santos Cardoso	630.830.782-34	Ciências Biológicas/UFGA/ 2001	Doutorado em Neurociências e Biologia Celular/ Biologia Celular/UFGA/ 2012
RECREAÇÃO	Rosana Margareth da Silva Feitosa	304.331.502-20	Educação Física/ UEPA/ 1992	Mestrado em Treinamento Desportivo/ Educação Física/ LUSOCOM/ 2015
ANATOMIA	Edenilson Correa Silva	857.135.112-00	Educação Física/ UEPA/ 2008	Especialista em Fisiologia e Cinesilogia do Exercício/ Movimento/ UVA/ 2011
GINÁSTICA GERAL	Klebson da Silva Almeida	732.713.812-91	Educação Física/ UEPA/ 2005 Fisioterapia/ UNAMA 2010	Mestrado em Gerontologia/ Gerontologia/ UNICAMP/ 2013
3º SEMESTRE				
ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS	Bráulio Nascimento Lima	885.211.332-00	Educação Física/ UEPA/ 2008	Mestrado em Educação Física/ Movimento Humano, Cultura e Educação/ UNIMEP/ 2013
GENÉTICA APLICADA A ATIVIDADE MOTORA	Regianne Maciel dos Santos Correa	789.742.322-00	Ciências Biológicas/UEPA/2009	Mestrado em Neurociências e Biologia Celular/Biologia Celular/UFGA/2011
ESTUDOS DISCIPLINARES	Bráulio Nascimento Lima	885.211.332-00	Educação Física/ UEPA/ 2008	Mestrado em Educação Física/ Movimento Humano, Cultura e Educação/ UNIMEP/ 2013
HOMEM E SOCIEDADE	Zilma Aparecida da Silva Ferreira	269.895.572-49	Nutrição/UFGA/ 2010 Serviço Social/UNAMA/ 1997	Mestrado em Serviço Social/Serviço Social/UFGA/ 2004
BASQUETEBOL: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E APROFUNDAMENTOS	Eric Marcos Nunes Cavalcante	410.500.372-00	Educação Física/ UEPA/ 1992	Mestrado em Treino Desportivo/ Educação Física/ ULHT/ 2015
HANDEBOL: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E APROFUNDAMENTOS	Eric Marcos Nunes Cavalcante	410.500.372-00	Educação Física/ UEPA/ 1992	Mestrado em Treino Desportivo/ Educação Física/ ULHT/ 2015
BIOMECÂNICA	Klebson da Silva Almeida	732.713.812-91	Educação Física/ UEPA/ 2005 Fisioterapia/ UNAMA 2010	Mestrado em Gerontologia/ Gerontologia/ UNICAMP/ 2013
ANATOMIA DOS SISTEMAS	Rubens Franco Acácio	071.153.692-91	Enfermagem/ UEPA/ 1996 Fisioterapia/ UEPA/ 2003	Doutorado em Teologia/ Teologia/ ITL/ 2017
GINÁSTICA ARTÍSTICA	Rosana Margareth da Silva Feitosa	304.331.502-20	Educação Física/ UEPA/ 1992	Mestrado em Treinamento Desportivo/ Educação Física/ LUSOCOM/ 2015
4º SEMESTRE				
ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS	Bráulio Nascimento Lima	885.211.332-00	Educação Física/ UEPA/ 2008	Mestrado em Educação Física/ Movimento Humano, Cultura e Educação/ UNIMEP/ 2013
GESTÃO E TENDÊNCIAS EM ACADEMIAS	Edenilson Correa Silva	857.135.112-00	Educação Física/ UEPA/ 2008	Especialista em Fisiologia e Cinesilogia do Exercício/ Movimento/ UVA/ 2011
ESTUDOS DISCIPLINARES	Bráulio Nascimento Lima	885.211.332-00	Educação Física/ UEPA/ 2008	Mestrado em Educação Física/ Movimento Humano, Cultura e Educação/ UNIMEP/ 2013
CIÊNCIAS SOCIAIS	Jorge Oscar Santos Miranda	780.759.392-40	Ciências Sociais/UFGA/ 2011	Mestrado em Ciências Sociais/ Ciências Sociais/ UFGA/ 2013
FUTEBOL: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E APROFUNDAMENTOS	Klebson da Silva Almeida	732.713.812-91	Educação Física/ UEPA/ 2005 Fisioterapia/ UNAMA 2010	Mestrado em Gerontologia/ Gerontologia/ UNICAMP/ 2013
FISIOLOGIA APLICADA À ATIVIDADE MOTORA	Rubens Franco Acácio	071.153.692-91	Enfermagem/ UEPA/ 1996 Fisioterapia/ UEPA/ 2003	Doutorado em Teologia/ Teologia/ ITL/ 2017
ATLETISMO: ASPECTOS	Rosana Margareth da	304.331.502-20	Educação Física/ UEPA/ 1992	Mestrado em Treinamento Desportivo/

PEDAGÓGICOS E APROFUNDAMENTOS	Silva Feitosa			Educação Física/ LUSOCOM/ 2015
Língua Brasileira de Sinais (OPT)	Felipe Lisboa Linhares	775.370.682-91	Pedagogia/UVA/ 2004	Mestre em Educação/Educação/UFPA/ 2017
Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência (OPT)	Zilma Aparecida da Silva Ferreira	269.895.572-49	Nutrição/UFPA/ 2010 Serviço Social/UNAMA/ 1997	Mestrado em Serviço Social/Serviço Social/UFPA/ 2004
Educação Ambiental (OPT)	Will Montenegro Teixeira	794.176.802-00	Comunicação Social - Jornalismo/UNAMA/ 2011	Mestrado em Ciências Sociais/Sociologia/UFPA/ 2014
Marketing Pessoal (OPT)	Fabrizio Borges Santa Brígida	428.659.992-20	Turismo/UFPA/ 2003 Pedagogia/UFPA/ 1998 Administração/UNAMA/ 1997	Mestrado em Comunicação Social, Linguagem e Cultura/Comunicação Social/UNAMA/ 2015
Direitos Humanos (OPT)	Paulo Eduardo Vaz Bentes	711.871.622-72	Direito/ UFPA/ 2010	Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos/ Mediação de Conflitos/ UFPA/ 2015

O quadro a seguir apresenta o resumo da titulação dos docentes para os dois primeiros anos.

Tabela Resumo– Titulação em %

Titulação	Qtde.	% do Total	Na Área Específica do Curso		Em Outras Áreas	
			Qtde.	% do Total	Qtde.	% do Total
Doutorado	05	25	-	-	05	25
Mestrado	14	70	05	25	09	45
Especialização	01	05	01	05	-	-
Total	20	100	06	30	14	70

3.1.12. Regime de trabalho

Todos os professores são contratados no Regime de Consolidação das Leis do Trabalho. Conforme constante no PDI da FAECE, o regime de trabalho do corpo docente está previsto nas seguintes modalidades: Regime Integral, com exigência de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho; Regime em Tempo Parcial, com exigência de 20 (vinte) horas de trabalho efetivo; Regime de horas-aulas.

O quadro a seguir apresenta o regime de trabalho dos docentes para os dois primeiros anos do curso.

Tabela – Regime de Trabalho

bDOCENTE	REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES		
	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista
Ayvânia Alves Pinto	X		
Braúlio Nascimento Lima	X		
Edenilson Correa Silva		X	
Elisa da Silva Feitosa	X		
Erica Melonio da Costa Lobo		X	
Eric Marcos Nunes Cavalcante		X	
Fabricio Borges Santa Brígida	X		
Felipe Lisboa Linhares		X	
Janaina Helena Cardoso da Silva		X	
Jorge Oscar Santos Miranda		X	
José Guilherme Wady Santos		X	
Klebson da Silva Almeida	X		
Mariela de Santana Manesch	X		

Paulo Eduardo Vaz Bentes	X		
Plínio Cerqueira dos Santos Cardoso		X	
Regianne Maciel dos Santos Corrêa		X	
Rosana Margareth da Silva Feitosa		X	
Rubens Acácio Franco		x	
Will Montenegro Teixeira	X		
Zilma Aparecida da Silva Ferreira	X		

Portanto, o Curso de Educação Física da FAECE, o quadro de professores trabalham da seguinte forma: 45% em Regime Integral; 55% em Regime Parcial.

Tabela – Regime de Trabalho em %

REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES	QUANTIDADE	
	(Nº)	(%)
Tempo Integral	09	45
Tempo Parcial	11	55
Horista	-	-
TOTAL	20	100

3.1.13. Experiência Profissional do Corpo Docente

Além da titulação, 100% dos docentes contratados pela FAECE para lecionar no curso de Educação Física tem experiência na educação superior ou em atividades profissionais. Afirmamos que o corpo docente é coerente e atende às necessidades da proposta curricular. Atende também, as exigências dos processos de ensino aprendizagem e das demais atividades desenvolvidas no curso de Educação Física, sendo composto em número suficiente e com formação adequada para o suporte às atividades experimentais vinculadas ao ensino.

DOCENTES	TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (anos)
Ayvânia Alves Pinto	12
Braúlio Nascimento Lima	05
Edenilson Correa Silva	13
Elisa da Silva Feitosa	30
Erica Melonio da Costa Lobo	11
Eric Marcos Nunes Cavalcante	29
Fabricio Borges Santa Brígida	12
Felipe Lisboa Linhares	15
Janaina Helena Cardoso da Silva	17
Jorge Oscar Santos Miranda	02
José Guilherme Wady Santos	09
Klebson da Silva Almeida	17
Mariela de Santana Manesch	14
Paulo Eduardo Vaz Bentes	18
Plínio Cerqueira dos Santos Cardoso	01
Regianne Maciel dos Santos Corrêa	02

Rosana Margareth da Silva Feitosa	26
Rubens Acácio Franco	16
Will Montenegro Teixeira	08
Zilma Aparecida da Silva Ferreira	11

3.1.14. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente

O corpo docente comprometido para lecionar nos primeiros anos do Curso de Educação Física da FAECE é composto por professores da região, com titulação adequada às disciplinas para as quais foram designados. Portanto, o corpo docente é coerente e atende às necessidades da proposta curricular. Atende também, as exigências dos processos de ensino aprendizagem e às demais atividades desenvolvidas no curso de Educação Física da IES, sendo composto em número suficiente e com formação adequada para o suporte às atividades experimentais vinculadas ao ensino. O corpo docente citado é composto majoritariamente por professores titulados, onde 25% desses docentes são doutores e mestres e 70%.

DOCENTES	TEMPO DE MAGISTÉRIO SUPERIOR (anos)
Ayvânia Alves Pinto	25
Braúlio Nascimento Lima	05
Edenilson Correa Silva	01
Elisa da Silva Feitosa	38
Erica Melonio da Costa Lobo	06
Eric Marcos Nunes Cavalcante	07
Fabricio Borges Santa Brígida	11
Felipe Lisboa Linhares	08
Janaina Helena Cardoso da Silva	01
Jorge Oscar Santos Miranda	07
José Guilherme Wady Santos	12
Klebson da Silva Almeida	02
Mariela de Santana Manesch	06
Paulo Eduardo Vaz Bentes	02
Plínio Cerqueira dos Santos Cardoso	07
Regianne Maciel dos Santos Corrêa	04
Rosana Margareth da Silva Feitosa	01
Rubens Acácio Franco	12
Will Montenegro Teixeira	07
Zilma Aparecida da Silva Ferreira	07

3.1.15. Experiência no exercício da docência na educação à distância

DOCENTES	DOCÊNCIA EM EAD (anos)
Ayvânia Alves Pinto	08
Braúlio Nascimento Lima	-
Edenilson Correa Silva	-

Elisa da Silva Feitosa	-
Erica Melonio da Costa Lobo	-
Eric Marcos Nunes Cavalcante	-
Fabricio Borges Santa Brígida	01
Felipe Lisboa Linhares	-
Janaina Helena Cardoso da Silva	-
Jorge Oscar Santos Miranda	-
José Guilherme Wady Santos	-
Klebson da Silva Almeida	-
Mariela de Santana Manesch	-
Paulo Eduardo Vaz Bentes	-
Plínio Cerqueira dos Santos Cardoso	-
Regianne Maciel dos Santos Corrêa	-
Rosana Margareth da Silva Feitosa	-
Rubens Acácio Franco	-
Will Montenegro Teixeira	-
Zilma Aparecida da Silva Ferreira	01

3.1.16. Experiência no exercício da tutoria na educação à distância

DOCENTES	TUTORIA EM EAD (anos)
Ayvânia Alves Pinto	-
Braúlio Nascimento Lima	-
Edenilson Correa Silva	-
Elisa da Silva Feitosa	-
Erica Melonio da Costa Lobo	-
Eric Marcos Nunes Cavalcante	-
Fabricio Borges Santa Brígida	-
Felipe Lisboa Linhares	06
Janaina Helena Cardoso da Silva	-
Jorge Oscar Santos Miranda	-
José Guilherme Wady Santos	-
Klebson da Silva Almeida	-
Mariela de Santana Manesch	-
Paulo Eduardo Vaz Bentes	-
Plínio Cerqueira dos Santos Cardoso	-
Regianne Maciel dos Santos Corrêa	-
Rosana Margareth da Silva Feitosa	-
Rubens Acácio Franco	-
Will Montenegro Teixeira	-
Zilma Aparecida da Silva Ferreira	-

3.1.17. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

DOCENTES	PRODUÇÕES
Ayvânia Alves Pinto	16
Braúlio Nascimento Lima	07
Edenilson Correa Silva	-
Elisa da Silva Feitosa	45
Erica Melonio da Costa Lobo	07
Eric Marcos Nunes Cavalcante	-
Fabricio Borges Santa Brígida	27
Felipe Lisboa Linhares	20
Janaina Helena Cardoso da Silva	-
Jorge Oscar Santos Miranda	14
José Guilherme Wady Santos	32
Klebson da Silva Almeida	05
Mariela de Santana Manesch	21
Paulo Eduardo Vaz Bentes	05
Plínio Cerqueira dos Santos Cardoso	16
Regianne Maciel dos Santos Corrêa	09
Rosana Margareth da Silva Feitosa	-
Rubens Acácio Franco	10
Will Montenegro Teixeira	31
Zilma Aparecida da Silva Ferreira	06

3.1.18. Equipe multidisciplinar

A Instituição oferece, nas Matrizes Curriculares dos seus Projetos Pedagógicos de Curso, até 20% das suas disciplinas na modalidade a distância, de acordo com a Portaria MEC nº 1.134 de 10 de outubro de 2016. A IES dispõe de professores especialistas nas disciplinas ofertadas e parceiros no coletivo do trabalho político-pedagógico do curso, e conta com as parcerias de profissionais das diferentes TIC, conforme a proposta do curso e ainda dispõe de educadores capazes de:

- a) estabelecer os fundamentos teóricos do projeto;
- b) selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas;
- c) identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;
- d) definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia etc., básicas e complementares;
- e) elaborar textos para programas a distância;
- f) apreciar avaliativamente o material didático antes e depois de ser impresso, vídeo gravado, áudio gravado, etc, indicando correções e aperfeiçoamentos;
- g) motivar, orientar, acompanhar e avaliar os alunos;
- h) auto-avaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de graduação a distância;

i) apresentar currículo e documentos necessários que comprovem a qualificação dos diretores, coordenadores, professores, tutores, comunicadores, pesquisadores e outros profissionais integrantes da equipe multidisciplinar responsável pela concepção, tecnologia, produção, marketing, suporte tecnológico e avaliação decorrentes dos processos de ensino e aprendizagem para as disciplinas ofertadas na modalidade a distância;

j) considerar, na carga horária de trabalho dos professores, o tempo necessário para atividades de planejamento e acompanhamento das atividades específicas de um programa de educação a distância;

k) indicar a política da instituição para capacitação e atualização permanente dos profissionais contratados.

3.1.19. Síntese Curricular do Corpo Docente

Vide Síntese no **Anexo 9**.

3.1.20. Funcionamento do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso, previsto no Regimento da IES, é um órgão de natureza consultiva, representativo da comunidade acadêmica, anualmente constituído, e que tem a seu cargo a coordenação didática dos respectivos cursos.

O Colegiado de Curso é constituído, para cada curso, por cinco docentes que ministram disciplinas distintas do currículo pleno, pelo coordenador do curso em questão e por um representante do corpo discente.

Os docentes membros do Colegiado de Curso são indicados anualmente pelo Diretor sendo 3 (três) deles por indicação deste e 2 (dois) por indicação de seus pares e o representante do corpo discente deve ser um aluno regularmente matriculado no curso, indicado anualmente por seus pares.

Atribuições e Competências

São atribuições do Colegiado de Curso:

- fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
- elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas pelo Poder Público;
- promover a avaliação do curso;
- decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação; e
- exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O Colegiado de Curso é presidido pelo Coordenador de Curso e reúnem-se ordinariamente duas vezes por semestre e extraordinariamente quando convocado pelo Coordenador do Curso, por iniciativa própria ou a requerimento de dois terços dos membros que o constitui, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados (Vide Regulamento no **Anexo 10**)

3.1.21. Capacitação Docente

Os professores são estimulados ao seu aperfeiçoamento, por meio da educação continuada. Para tanto a FAECE oferece bolsas para pós-graduação. Além disso, a faculdade facilita a

participação dos docentes em eventos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, nacionais e internacionais, quando trabalhos de pesquisa desenvolvidos na instituição são apresentados. Nesses eventos, os docentes apresentam atividades técnicas e científicas, assim descritas: ministram cursos, conferências, participam de simpósios e apresentam trabalhos científicos implementados na própria instituição.

3.1.22. Organização Acadêmica-Administrativa

A FAECE entende que sua organização acadêmico-administrativa deve ser estruturada com o propósito de proporcionar aos professores, estudantes e membros da comunidade um atendimento com qualidade e presteza. Nesse sentido, a Instituição dispõe de órgãos administrativos e de apoio que possibilitem alcançar este objetivo, por meio do envolvimento de uma equipe qualificada e apta a lidar com as variadas questões suscitadas pelas atividades promovidas.

Podemos listar como principais órgãos de apoio, ligados diretamente à Diretoria, voltados ao atendimento aos agentes da comunidade acadêmica: secretaria, biblioteca e administração. Outros serviços administrativos, incluindo tesouraria, contabilidade, manutenção e zeladoria poderão ser prestados diretamente por órgãos da própria Mantenedora.

3.1.23. Organização do Controle Acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas. O registro e o controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos são de responsabilidade da Secretaria da IES. As questões acadêmicas, expedição de atestados, históricos escolares, registro de diplomas, entre outras atividades, também estão a cargo da Secretaria. A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle de responsabilidade da Secretaria.

3.1.24. Pessoal Técnico e Administrativo

Na Secretaria estão lotados funcionários de nível superior e auxiliares administrativos, com formação e experiência profissional compatíveis com as atividades que exercem nas respectivas categorias funcionais.

O corpo técnico-administrativo que presta serviços para FAECE é selecionado pela Direção e pelo Departamento Pessoal, atendendo à solicitação dos setores de atividades da IES. A quantidade de profissionais do corpo técnico-administrativo é adequada às necessidades do Curso de Educação Física.

DIMENSÃO 4 – INSTALAÇÕES FÍSICAS

4.1. Infraestrutura

A fim de concretizar seus objetivos institucionais e formar o egresso com o perfil descrito, a FAECE conta com infraestrutura que, de fato, possibilita o desenvolvimento das atividades propostas no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Plena em Educação Física. Para tanto, destacam-se:

- Todas as salas de aulas são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, com iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade. Todas as salas possuem multimídia, quadro branco, mesa de professor, mural e cesto de lixo.
- Laboratórios capazes de proporcionar a execução de atividades laboratoriais de acordo com o plano de ensino proposto no Projeto Pedagógico do curso de Educação Física. Assim, a FAECE oferece laboratórios de Informática, Anatomia e laboratórios específicos do Curso.
- Áreas de convivência – constituem um espaço que estimula a liberdade, o prazer e o convívio social e que responde às exigências funcionais de uso, de racionalidade construtiva.

Portanto, as instalações físicas são inteiramente adequadas às funções a que se destinam e estão descritas a seguir:

4.1.1. Espaço Físico

As instalações físicas são inteiramente adequadas às funções a que se destinam e estão descritas a seguir:

DEPENDÊNCIAS/SERVENTIAS	QUANTIDADE	M2
Sala de Direção	01	17
Salas de Coordenação	05	7,5
Sala de Professores	01	75
Sala de Recursos Materiais	01	10
Gerência de Unidade	01	11
Copiadora	01	09
Departamento Pessoal	01	15,5
Salas de Aula	17	75
	12	55
	10	40
Sanitários	06	30
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	01	1500
Atendimento Acadêmico	01	110
Auditórios / Sala de áudio	01	140
Sala de Apoio Pedagógico	01	15,96
Sala de Apoio Administrativo	01	12
Laboratórios de Informática	02	55
Laboratório Cinesiologia / Cardiologia	01	75
Laboratório Anatomia	01	75
Laboratório Enfermagem	01	75
Laboratório multidisciplinar	02	60
Laboratório de Técnicas farmacêuticas	01	55

Laboratório de Análises clínicas	01	55
Laboratório de Técnicas Dietéticas	01	55
Biblioteca	01	360
Sala de Leitura	04	4
Hall de Recepção	01	12
Empresa Júnior	01	17
Quadra Poliesportiva	03	360
Coordenação Geral	01	13,25
Copa	01	14,7
NPJ	01	130
Almoxarifado	01	65

4.1.1.1. Gabinetes de Trabalho para Professores Tempo Integral– TI

Para os professores em regime de tempo integral é disponibilizada salas exclusivas, bem dimensionada e dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo às condições de salubridade. Estão disponíveis também microcomputadores com acesso à Internet favorecendo a permanência do corpo docente no ambiente da Instituição.

4.1.1.2. Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos

Para a Coordenação do Curso de Educação Física é disponibilizada uma sala exclusiva, bem dimensionada e dotada de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo às condições de salubridade. Estarão disponíveis também microcomputadores com acesso à Internet.

Ao Núcleo Docente Estruturante é disponibilizada também uma sala exclusiva bem dimensionada e dotada de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo às condições de salubridade. Estarão disponíveis também microcomputadores com acesso à Internet.

4.1.1.3. Sala de Professores

A convivência e a cooperação são condições importantes do cotidiano dos educadores de todos os cursos, relações estas que, na medida em que se busca a melhoria da qualidade interpessoal e intrapessoal, pode-se desenvolver e aperfeiçoar competências na perspectiva de viver juntos e, a partir da troca de experiências, terem um desempenho melhor no processo de ensino-aprendizagem.

Neste processo, o que se pretende com a Sala de Professores da FAECE é resgatar e valorizar atitudes e comportamentos mais humanos e cooperativos, para que surjam inovações e atividades de aprendizagem conjuntas entre os docentes dos diversos cursos.

Na sala de professores é equipada com microcomputadores com acesso à Internet, além de mesa, cadeiras, armários, central de ar, ramal de telefone que atendem às condições de salubridade e aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

Informamos também que, a sala dos Professores está instalada em local de fácil acesso aos alunos.

4.1.1.4. Salas de Aula

A Faculdade possui 32 salas de aula no total no andar térreo, sendo estas com capacidade média de 50 alunos. As salas de aula estão equipadas com centrais de ar para um maior conforto. São limpas diariamente e estão preparadas para atender aos requisitos de acessibilidade.

Todas as salas de aula são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

4.1.2. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

4.1.2.1. Políticas de Acesso

A IES possui 02 laboratórios de informática com capacidade para atender aos alunos, com computadores de mesa, softwares, atendendo plenamente o número total de usuários, possuindo velocidade de internet via banda larga, contando com wi-fi nas salas de aula, refrigeração com ar-condicionado, limpeza e conservação dos espaços físicos e equipamentos.

A atualização de equipamentos e softwares é feita através de trabalho conjunto entre a diretoria, coordenadores e professores da unidade, visando ofertar novas tecnologias e equipamentos modernos a seus discentes. Este trabalho é realizado no início de cada semestre, obedecendo à política institucional. A total adequação do espaço físico com condições de acessibilidade, eliminando as barreiras arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais, de comunicação e digital.

4.1.2.2. Relação Equipamento/Aluno/Curso

O número de equipamentos existentes no Laboratório de Informática da IES é suficiente para o atendimento do curso de Educação Física e dos cursos em funcionamento em 2018.

A FAECE, em função da demanda apresentada neste ano, elaborará projeto de expansão dos equipamentos, visando sempre a melhoria no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, com a proporcionalidade de 25 alunos por terminal.

4.1.3. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem

4.1.3.1 Ambiente Virtual

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) possibilita a participação do aluno em diferentes contextos, como o Fórum, Chats, texto colaborativo, avaliações, protocolo eletrônico de trabalhos, a indicação de materiais para leitura, o mural de notícias, as videoaulas, o glossário e o calendário de atividades. O conteúdo didático no AVA está estruturado em capítulos contendo vídeoaulas, textos em anexos e links na web.

A interação no Ambiente Virtual ocorre pela Internet, de maneira síncrona e assíncrona. Em tempo real, acadêmicos, professores conteudistas contam com softwares com suporte de áudio e vídeo, e por meio do bate papo, com textos online. Porém não em tempo real, podem interagir por meio de fóruns, e-mail e outros tipos de mensagens. No ambiente virtual de aprendizagem há espaço para discussões em grupo e mensagens individualizadas.

Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.

O tutor é especializado na área de conhecimento em que atua e desempenha suas funções, em conjunto com o corpo docente, articulado pelas diretrizes originadas na Coordenação do Curso e o corpo docente. Logo, o tutor participa da construção e da gestão do conhecimento do

estudante, por meio da tecnologia. Sua ocupação primordial é a mediação do processo ensino-aprendizagem, ele facilita o entendimento e a interação entre o estudante e a IES.

As habilidades requeridas para o bom desenvolvimento no processo de tutoria são:

- Destreza para mediar as discussões entre o docente e o estudante por meio dos fóruns, chats e telefone.
- Prática para orientar o estudante em relação ao modo de realização das atividades obrigatórias ao longo do curso, esclarecendo dúvidas sobre os conteúdos.
- Aptidão para conduzir o estudante de forma que este se adeque aos parâmetros e exigências da IES.
- Sagacidade para facilitar a compreensão do conhecimento teórico científico e sua aplicação prática.
- Ser astuto para articular a interdisciplinaridade exigida pelo curso.
- Perspicácia e flexibilidade na apreensão das pluralidades brasileira, acolhendo adequadamente as regionalidades.
- Ter competências comunicacionais e fluidez no relacionamento interpessoal.
- Dominar as TIC's disponibilizadas.

Atividades Tutoria

São atribuições do tutor:

1. Auxiliar na integração dos estudantes, promovendo as relações interpessoais e de grupo, mediando atividades a serem desenvolvidas;
2. Encorajar e motivar, por meio do reconhecimento das dificuldades inerentes à integração na IES, do apoio do ponto de vista acadêmico, e do reforço positivo face aos resultados alcançados;
3. Orientar, aconselhando na definição dos planos de estudo e opções de avaliação;
4. Diagnosticar potencialidades e dificuldades, identificando os "pontos fortes" e os "pontos fracos" do estudante;
5. Monitorizar o percurso acadêmico, fornecendo um feedback apropriado ao estudante para que possa melhorar o seu desempenho, numa lógica de responsabilização; e promovendo, por sua iniciativa, reuniões regulares com os seus tutorandos, sendo recomendável que o faça pelo menos duas vezes em cada ano letivo, (uma reunião no início de cada semestre).
6. Informar a Coordenação do Curso sobre eventuais problemas detectados no exercício da atividade de tutoria.

O corpo de tutores é formado por profissionais que possuem experiência em EAD e fornecem o suporte necessário aos docentes e discentes no processo de ensino aprendizagem.

A interação entre tutores

A Instituição oferece, nas Matrizes Curriculares dos seus Projetos Pedagógicos de Curso, até 20% das suas disciplinas na modalidade à distância, de acordo com a Portaria MEC nº 1.134 de 10 de outubro de 2016. A interação entre Tutores, Docentes e Coordenadores está prevista dentro das ações das suas Equipes Multidisciplinares no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Desenvolvimento Institucional da IES. Todas as ações são devidamente documentadas.

Os tutores das disciplinas EaD são selecionados dentro do quadro de professores do curso, facilitando a interação destes com os processos de ensino-aprendizagem implementados no curso.

A interação entre o coordenador de curso e os tutores ocorre em vários momentos e de formas diferentes. A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre os tutores e professores das disciplinas presenciais. Outra maneira de interação é através de e-mails.

Com o registro das discussões, o processo de gestão das várias disciplinas e principalmente o acompanhamento das dificuldades enfrentadas pelos tutores e professores consegue-se identificar e sanar a contento os problemas detectados, evitando maiores prejuízos para o aluno e garantindo a qualidade do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem.

Os tutores das disciplinas EaD e professores das disciplinas presenciais trocam ideias para a correção de questões, citam problemas encontrados, compartilham experiências, entre outros. O tutor das disciplinas EaD pode, por exemplo, informar datas de atividades e avaliações, sugerir a montagem de grupos de estudos de temas mais complexos, entre outros.

O professor presencial pode informar ao tutor sobre o perfil dos alunos, deficiências de aprendizagem identificadas, os que têm maior dificuldade de aprendizagem, os que não se dedicam o suficiente etc. Quanto mais trocas de informações e melhor a qualidade destas, melhor o processo de acompanhamento e orientação do aluno na disciplina específica. Isto garante a qualidade do processo de tutoria propriamente dito, já que este pode obter uma visão completa do aluno quando identificada sua situação nas várias disciplinas. Desta forma o tutor à distância e professores do ensino presencial podem buscar alternativas para garantir a aprendizagem do aluno motivando-o e, até mesmo, buscar formar grupos de estudos entre os alunos com deficiências em determinados conteúdo.

Em apoio às metodologias de ensino adotadas, a IES propiciará à sua comunidade acadêmica o uso de tecnologia educacional contemporânea, de acordo com o quadro seguinte:

Recursos audiovisuais	
Descrição	Quantidade
Aparelhos de TV	01
Computadores p/ professores	03
Microfone	01
Data Show	05
Caixa de som	01

4.1.4. Infraestrutura de acesso para Portadores de Necessidades Especiais ou com Mobilidade Reduzida

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências da IES, a mantenedora da FAECE determinou políticas que reconhecem as necessidades diversas dos alunos, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas, ao que foram observados os seguintes itens:

- Para os alunos portadores de deficiências físicas: livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com a eliminação de barreiras arquitetônicas assegurando o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;

- Para os alunos portadores de deficiência visual, proporcionará, caso seja solicitada e conforme a legislação em vigor, sala de apoio, disponível do ingresso à conclusão do curso;
- Para os alunos portadores de deficiência auditiva, oferecerá, caso seja solicitada e conforme a legislação em vigor, estrutura disponível do ingresso à conclusão do curso;
- Para os professores, alunos, funcionários e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, a IES pode proporcionar, além de ajuda técnica, programa de capacitação para educação inclusiva, constando, especialmente da oferta de cursos, seminários ou eventos seminários, ministrados por especialista;
- Para a comunidade, a oferta de campanha de sensibilização e de motivação para aceitação de diferenças.

Assim, cumprindo com sua responsabilidade social, a FAECE adota políticas para os portadores de necessidades especiais, descritas no PDI, conforme legislação em vigor.

4.1.5. Biblioteca

A Biblioteca conta com um acervo que segue plenamente os padrões de qualidade exigidos, composto por material atualizado, tanto para o uso do corpo docente, quanto para o uso do corpo discente, ao mesmo tempo em que busca sempre a melhor estruturação do espaço para a formação do estudante e melhores resultados para a satisfação de seus usuários.

A Instituição entende ser imprescindível a aquisição de livros e periódicos indicados pelo corpo docente, a fim de cumprir o atendimento das ementas de cada disciplina, sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC, além de atender a assuntos de interesse e complementação à formação dos estudantes.

4.1.5.1. Acervo

4.1.5.1.1. Livros das Bibliografias Básicas e Complementares

No período entre a abertura de um Pedido de Reconhecimento no e-MEC e a visita *in loco*, há uma contínua atualização do material no mercado editorial. Por conta disso, há uma constante adaptação do conteúdo e metodologia de ensino empregados nas disciplinas pelos professores, que procuram readequar os livros a serem utilizados em sala de aula buscando uma constante melhora na qualidade de ensino.

Os docentes das disciplinas e/ou coordenador do curso podem alterar as bibliografias à medida que julgarem necessário, desde que haja o material solicitado no acervo ou condição de aquisição.

Com base no Comunicado da Diretoria de Avaliação da Educação Superior de 14 de Dezembro de 2010, caso haja atualização Bibliográfica, a Comissão Verificadora receberá da Instituição a Ementa com a Bibliografia devidamente atualizada e em acordo com o acervo no período de abertura do formulário eletrônico ou até o dia imediatamente anterior ao início da visita.

4.1.5.1.2. Periódicos Especializados

Assim como as Bibliografias, a manutenção dos títulos e coleções de periódicos respeita a Legislação vigente para cada curso e/ou categoria de curso.

4.1.5.1.3. Acervo Virtual

Atualmente a IES disponibiliza, por intermédio de convênio, acesso as bibliotecas digitais da Minha Biblioteca e da Biblioteca Virtual. Através delas a o curso pode contar com pelo menos uma obra virtual em cada disciplinas, tendo, portanto, um acervo virtual para o curso.

4.1.5.3. Formas de expansão e atualização do Acervo

MATERIAIS	DIRETRIZES
LIVROS E OBRAS DE REFERÊNCIA	Obedecer aos parâmetros estabelecidos pelo MEC para as proporções de exemplares por número de alunos das obras indicadas nas bibliografias.
	Adquirir a solicitação dos professores e alunos intermediada pelos coordenadores.
OBRAS SERIADAS (PERIÓDICOS, JORNAIS E REVISTAS)	Adequar o acervo junto aos coordenadores de acordo com a legislação vigente.
	Priorizar obras que possuem acesso pela Internet sempre que possível.
MULTIMÍDIA (VHSs/DVDs, Disquetes/CD ROMs e E-books/Páginas Eletrônicas)	Adquirir a solicitação dos professores e alunos intermediada pelos coordenadores.

4.1.5.4. Serviços

A biblioteca oferece os seguintes serviços:

- Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico;
- Apoio à elaboração de trabalhos acadêmicos;
- Capacitação de usuários;
- Pesquisa bibliográfica; e
- Reserva da bibliografia usada nos cursos.

4.1.6. Laboratórios Específicos do Curso

A fim de concretizar seus objetivos institucionais e formar o egresso com o perfil descrito, a IES contará com a infraestrutura que, de fato, possibilitará o desenvolvimento das atividades propostas no Projeto do Curso de Educação Física. Diante disso, para a prática profissional dos egressos destacam-se:

- Laboratório de Informática que oferece, além das máquinas e dos softwares necessários, o apoio técnico especializado para os alunos, tanto em horários de aula como em horários “livres”. Os laboratórios são adequados aos objetivos do curso e atendem as necessidades metodológicas dos docentes, uma vez que nestes são realizadas aulas que subsidiam as diversas disciplinas, pesquisas em bancos de dados específicos da área de saúde, além de auxiliar a confecção de trabalhos acadêmicos e de apoio aos alunos. Todos os equipamentos estão interligados em rede, com acesso à “internet” e softwares específicos.
- Laboratórios de Anatomia, Microscopia já estão implantados e o Espaço Multiuso (para atividades de Ginástica Artística, Dança, Lutas), Quadra Poliesportiva, Piscina, Campo de Futebol, Pista de Atletismo, Sala de Musculação serão implantados através de convênios com empresas, institutos, clubes associações, onde serão desenvolvidas as atividades acadêmicas e pedagógicas, ao longo do período letivo, de acordo com as disciplinas a serem ministradas mediante o cumprimento da grade curricular vigente, possuindo como prioridade o enriquecimento científico do corpo discente do curso de Educação Física.

Estes convênios oportunizarão parcerias que favorecerão a interação dos alunos com a comunidade, podendo fazer parte de eventos de Extensão pensados e organizados conjuntamente com o intuito de favorecer vivências e intervenções dos alunos como situações de aprendizagem e desenvolvimento profissional.

Todos os laboratórios utilizados pelo curso, implantados ou em fase de implantação, além de possuírem normas de funcionamento e utilização, possuirão instalações, mobiliário e equipamentos adequados aos trabalhos que serão desenvolvidos. Tem como objetivo dar suporte às pesquisas, trabalhos, e projetos desenvolvidos pelos alunos, atendendo:

- às aulas práticas do curso;
- aos componentes curriculares específicos;
- às atividades complementares vinculadas ao ensino, à pesquisa, e à extensão.

Os recursos didáticos audiovisuais tais como: computadores, projetores multimídia, TVs, DVD Players, sistemas de som entre outros fazem também parte da utilização didática para curso.

4.1.6.1. Quantidade

Os laboratórios especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, com qualidade, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e alunos vagas autorizadas/pretendidas. Para o curso a FAECE dispõe de laboratórios de Anatomia com capacidade para 50 alunos (A/B), Microscopia com capacidade para 50 alunos (A/B).

Os laboratórios possuirão regulamentos específicos, normas de biossegurança e seguirão os Procedimentos Operacionais Padrão (POP), para realização das atividades práticas.

Os demais equipamentos utilizados no curso Quadra Poliesportiva, Piscina, Campo de Futebol, Pista de Atletismo, Sala de Musculação, Espaço Multiuso (para atividades de Ginástica Artística, Dança, Lutas) deverão possuir capacidade suficiente para abrigar o mínimo de alunos necessário por turma padrão da IES - 50 alunos (A/B)

Os laboratórios de habilidades têm por finalidade: possibilitar o desenvolvimento dos programas práticos profissionalizantes do curso de Educação Física; promover a formação prático-reflexiva dos alunos; servir de campo de aprendizagem e treinamento para os estudantes de Educação Física de outros cursos da área de Saúde.

4.1.6.2. Qualidade

Os laboratórios especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança buscam atender, com qualidade, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: adequação, acessibilidade plena, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos.

A atualização de equipamentos e insumos é feita através de trabalho conjunto entre a Diretoria, coordenadores e professores da unidade, visando ofertar novas tecnologias e equipamentos modernos a seus discentes. Este trabalho é realizado no início de cada semestre, obedecendo às normas institucionais de conservação, manutenção e atualização do espaço físico e equipamentos.

4.1.6.3. Serviços

Os serviços dos laboratórios especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança buscam atender, com qualidade, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade. Tem como objetivo dar suporte ao ensino, iniciação à pesquisa e a extensão desenvolvida pelos alunos do Curso de graduação Plena em Educação Física da FAECE.